



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Lana Pascua de Freitas Moreira

Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio nos
Governos Temer e Bolsonaro

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais

São Paulo

2025

Lana Pascua de Freitas Moreira

Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio nos
Governos Temer e Bolsonaro

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de GRADUADA em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa., Dra. – Priscila Villela.

São Paulo

2025

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

M838e Moreira, Lana Pascua de Freitas
Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira
para o Oriente Médio nos Governos Temer e Bolsonaro . /
Lana Pascua de Freitas Moreira. -- São Paulo: [s.n.], 2025.
43p. ; cm.

Orientador: Priscila Villela.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Relações
Internacionais, 2025.

1. Política Externa Brasileira. 2. Governo Bolsonaro. 3.
Governo Temer. 4. Oriente Médio. I. Villela, Priscila . II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de
Conclusão de Curso para Graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDD

ERRATA

Moreira, Lana Pascua de Freitas. **Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio nos Governos Temer e Bolsonaro**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), PUC-SP, 11/11/2025

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se

Banca Examinadora

Professor Doutor Rodrigo Augusto Duarte Amaral

Professora Doutora Priscila Villela

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Priscila Villela, por toda dedicação, paciência, ensinamentos e pela confiança durante todo esse processo.

Aos professores, agradeço pelas oportunidades de aprendizado e pelas trocas que me impactaram pessoal e profissionalmente. Sou muito grata pelas aulas oferecidas com tamanha dedicação e pelos ensinamentos dentro e fora da sala de aula. Presenciar o amor e o carinho que demonstram pela profissão já é, em si, um privilégio. Dedico um destaque especial aos professores Rodrigo Amaral e Priscila Villela, grandes exemplos pessoais e profissionais, que ao longo da graduação me apoiaram, me inspiraram e contribuíram para que eu me apaixonasse ainda mais pelo curso e pela pesquisa.

Agradeço às amigas que fiz e cultivei durante a graduação, e às amigas de vida que a universidade me permitiu encontrar. Com elas, compartilhei alegrias, desafios e momentos importantes da vida, muito além do âmbito acadêmico. A presença de pessoas tão especiais tornou essa trajetória mais leve e significativa. Sou igualmente grata ao meu companheiro, Guilherme, que sempre me incentivou e me apoiou incondicionalmente, oferecendo conforto quando necessário e celebrando cada conquista ao meu lado.

Aos meus pais, Vanessa e Alexandre, agradeço por todo o apoio constante desde sempre. Obrigada por acreditarem em mim, por terem paciência e por manterem fé em mim, até mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Não poderia deixar de destacar meu pai, minha primeira e maior referência em ensino, pesquisa e paixão pela sala de aula — obrigada por ser minha grande inspiração. Agradeço à minha mãe por sempre me ouvir, conversar e me apoiar; sua escuta e seu abraço são fundamentais todos os dias. Sem o suporte de vocês, de tantas formas e em tantos momentos, eu não teria chegado até aqui tão feliz, completa e, sobretudo, esperançosa pelo que ainda está por vir.

RESUMO

Moreira, Lana Pascua de Freitas. **Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio nos Governos Temer e Bolsonaro**

A pesquisa analisa a Política Externa Brasileira (PEB) para o Oriente Médio durante os governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), com o objetivo de compreender padrões de continuidade e ruptura nas diretrizes diplomáticas e comerciais, em relação à tradição da PEB consolidada nos governos de Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016). Essa tradição, marcada por pragmatismo, autonomia, mediação internacional e inserção global, orientou historicamente as relações do Brasil com o Oriente Médio, incluindo a cooperação Sul-Sul e a ampliação de laços econômicos. A investigação avalia em que medida Temer e Bolsonaro mantiveram ou romperam com essa tradição, considerando dimensões simbólicas, ideológicas e materiais. O Oriente Médio desempenha papel estratégico para o Brasil, tanto pelo comércio de commodities quanto pela atuação em fóruns multilaterais. Parte-se da hipótese de que, apesar das diferenças retóricas e ideológicas — especialmente no governo Bolsonaro, marcado por alinhamento simbólico com Israel —, houve manutenção de uma linha pragmática no campo comercial e institucional em relação à tradição. O estudo tem como aporte teórico a Análise de Política Externa (APE), que entende a PEB como resultado de disputas entre interesses diversos e de condicionantes internos e externos. A metodologia adotada é o estudo de caso qualitativo, que combina análise documental de discursos, acordos bilaterais, dados de comércio exterior e entrevistas. O trabalho contribui para o debate sobre o impacto da ideologização da política externa, evidenciando a atuação de grupos domésticos, como a bancada evangélica e o agronegócio, na mediação entre discurso e prática, e reforçando que a PEB é um campo de disputa.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Oriente Médio. Pragmatismo. Ruptura.

ABSTRACT

Moreira, Lana Pascua de Freitas. **Between Ideology and Pragmatism: Brazilian Foreign Policy toward the Middle East under the Temer and Bolsonaro Administrations.**

The research analyzes Brazilian Foreign Policy (BFP) toward the Middle East during the administrations of Michel Temer (2016–2018) and Jair Bolsonaro (2019–2022), with the aim of understanding patterns of continuity and rupture in diplomatic and trade guidelines, in relation to the tradition of BFP consolidated during the administrations of Lula (2003–2010) and Dilma Rousseff (2011–2016). This tradition, marked by pragmatism, autonomy, international mediation, and global integration, has historically guided Brazil's relations with the Middle East, including South-South cooperation and the expansion of economic ties. The investigation assesses the extent to which Temer and Bolsonaro maintained or broke with this tradition, considering symbolic, ideological, and material dimensions. The Middle East plays a strategic role for Brazil, both in terms of commodity trade and participation in multilateral forums. The starting point is the hypothesis that, despite rhetorical and ideological differences — especially in the Bolsonaro administration, marked by symbolic alignment with Israel — a pragmatic line has been maintained in the commercial and institutional fields in relation to tradition. The study is based on the theoretical framework of Foreign Policy Analysis (FPA), which understands BFP as the result of disputes between diverse interests and internal and external constraints. The methodology adopted is a qualitative case study, which combines documentary analysis of speeches, bilateral agreements, foreign trade data, and interviews. The study contributes to the debate on the impact of the ideologization of foreign policy, highlighting the role of domestic groups, such as the evangelical caucus and agribusiness, in mediating between discourse and practice, and reinforcing that the BFP is a field of dispute.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Middle East. Pragmatism. Rupture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados de importação e exportação dos principais parceiros econômicos e políticos do Brasil na região do Oriente Médio durante o Governo Temer e o Governo Bolsonaro.....	26
Gráfico 2 – Comércio com Países Árabes.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais acordos firmados com os países árabes durante o Governo Bolsonaro..38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCAB	Câmara de Comércio Árabe-Brasileira
EUA	Estados Unidos da América
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A TRADIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XXI.....	21
3. GOVERNO TEMER E GOVERNO BOLSONARO: RUPTURAS SIMBÓLICAS E CONTINUIDADES MATERIAIS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	23
3.1 A RECONFIGURAÇÃO DA MATRIZ DA PEB	23
3.2 GOVERNO TEMER: PRAGMATISMO ECONÔMICO E BAIXA PROJEÇÃO POLÍTICA.....	27
3.2.1. DIMENSÃO SIMBÓLICO-DISCURSIVA	27
3.2.2. DIMENSÃO MATERIAL-PRAGMÁTICA	29
3.3. GOVERNO BOLSONARO: IDEOLOGIZAÇÃO DISCURSIVA E PRAGMATISMO ECONÔMICO.....	30
3.3.1. DISCURSO E SIMBOLISMO	31
3.3.2. DIMENSÃO MATERIAL-PRAGMÁTICA	36
4. PRESSÕES DOMÉSTICAS E SISTÊMICAS: O JOGO DE DOIS NÍVEIS	41
4.1 A RECONFIGURAÇÃO DA MATRIZ DA PEB	44
5. BALANÇO GERAL ENTRE GOVERNO TEMER E GOVERNO BOLSONARO	45
6. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1. Introdução

Nos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), a política externa brasileira apresentou momentos de discurso disruptivo e de alinhamento simbólico a Israel, sugerindo um rompimento com a tradição histórica de neutralidade e mediação do país no Oriente Médio. Durante o governo Michel Temer, por exemplo, em sua fala na Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial, em Davos (2018), o presidente destacou que o Brasil era “um país aberto ao investimento estrangeiro e comprometido com a previsibilidade internacional” (Temer, 2018), deslocando o foco do tradicional eixo Sul-Sul para uma retórica liberal-ocidental.

Já no governo Jair Bolsonaro, as rupturas discursivas se tornaram mais explícitas: na declaração à imprensa com o presidente Donald Trump (2019), Bolsonaro afirmou que “Brasil e Estados Unidos estão mais próximos do que nunca” e que ambos “defendem os mesmos valores de fé e liberdade” (Bolsonaro, 2019), sinalizando alinhamento religioso e político com os EUA e, indiretamente, com Israel. O caráter simbólico dessa aproximação ficou ainda mais evidente no discurso da posse de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores (2019), quando este defendeu que a diplomacia brasileira deveria “libertar-se do globalismo” e “reafirmar valores cristãos e ocidentais” (Araújo, 2019). Por fim, em nível multilateral, Bolsonaro reafirmou a identidade cristã e conservadora do país ao discursar na 75ª Assembleia Geral da ONU (2020), criticando supostos vieses anti-Israel (Bolsonaro, 2020).

Apesar dessas diferenças retóricas e simbólicas em relação à tradição da política externa brasileira — historicamente marcada por autonomia, mediação internacional e equilíbrio entre diferentes parceiros —, observa-se que as bases práticas da PEB para o Oriente Médio, especialmente no comércio e na diplomacia institucional, mantiveram continuidade, evidenciando o caráter pragmático que atravessa ambos os governos.

O Oriente Médio representa uma região estratégica para o Brasil, tanto do ponto de vista econômico – envolvendo o comércio de commodities, energia e investimentos – quanto do diplomático, como no apoio brasileiro a resoluções nas Nações Unidas e na tradicional postura do país frente ao conflito israelo-palestino. No âmbito econômico, observa-se uma balança comercial favorável entre o Brasil e o Oriente Médio no período de 2016 a 2022. Nesse sentido, “os países do Oriente Médio são importantes parceiros econômicos do Brasil, pois sua dependência pelas commodities produzidas, principalmente no que diz respeito aos produtos agropecuários, gera uma boa fonte de receita para o Estado brasileiro” (Amanda et al., 2019, p.88). Além disso, a imigração árabe, especialmente sírio-libanesa, e as heranças culturais

árabes na culinária, na literatura, na religião e no vocabulário configuram um tecido histórico-cultural que legitima e fortalece as iniciativas de diplomacia cultural com os países árabes (Calfat, 2025). A partir desse panorama, Rubens Hannun – presidente da Câmara Árabe-Brasileira durante os governos de Temer e Bolsonaro e atual conselheiro de orientação da organização – aponta dois pilares que sustentam a relação árabe-brasileira: a exportação de alimentos e a confiança mútua (Hannun, 2025).

A literatura revela que a política externa brasileira é historicamente orientada por uma matriz de autonomia, mediação internacional e busca por inserção global, inclusive na sua relação com o Oriente Médio (Silva, 2022). Essa matriz foi sustentada nos governos de Lula e Dilma, nos quais a cooperação Sul-Sul e a ampliação dos laços com o mundo árabe receberam destaque. Entretanto, a partir do Governo Dilma, passando pelo Governo Temer e consolidando-se no Governo Bolsonaro, observa-se um processo de desgaste dessa matriz, acompanhado de reestruturação da inserção internacional do Brasil (Silva, 2022; Amanda et al., 2019).

Nesse contexto, a presente pesquisa investiga a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), com o objetivo de compreender o grau de continuidade e ruptura nas diretrizes diplomáticas e comerciais adotadas ao longo desse período, em relação à tradição da política externa brasileira.

Diante desse contexto, a questão que orienta o trabalho é: em que medida os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro promoveram mudanças substantivas na política externa brasileira para o Oriente Médio? Parte-se da hipótese de que, embora o governo Bolsonaro tenha adotado uma retórica ideológica marcadamente distinta, com maior aproximação política e simbólica a Israel, as bases práticas da política externa brasileira para a região – especialmente no campo comercial e institucional - mantiveram uma linha de continuidade em relação ao período anterior.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral identificar continuidades e discontinuidades na PEB voltada ao Oriente Médio entre 2016 e 2022. Como objetivos específicos, busca-se: resgatar o histórico das relações Brasil-Oriente Médio; analisar as diretrizes e discursos oficiais dos dois governos; comparar dados de comércio, investimentos e cooperação institucional no período; e avaliar se as mudanças promovidas foram substantivas ou predominantemente simbólicas.

Nessa lógica, no governo de Temer ocorreram: uma reaproximação com os EUA, o desmantelamento das políticas de integração regional e uma reversão da política externa ativa exemplificada pela adesão ao protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas e

pela candidatura brasileira para a entrada na OCDE (Berringer; Forlini, 2018, p.10). Desse modo, foram observadas transformações tanto no nível nacional quanto no internacional, a partir de diretrizes conservadoras e neoliberais, que indicavam um alinhamento em relação às potências do Norte, um abandono da autonomia e valorização do pragmatismo e do bilateralismo (Silva, 2019).

Já, no Governo Bolsonaro, ocorre um alinhamento aos EUA no período do Governo Trump, que pode ser classificado como um americanismo ideológico; além disso, o papel de mediador nos conflitos internacionais (tradição da diplomacia brasileira) é abdicado (Albuquerque, 2019). Durante o governo Bolsonaro, os vínculos comerciais com os países árabes e o Irã (principais importadores de produtos vegetais e animais brasileiros) permaneceram firmes e em constante evolução (Azzi; Marra, 2020). Portanto, notam-se diversas transformações no âmbito da retórica - como a proposta de transferência da embaixada brasileira em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém, que simbolizou o abandono da tradicional postura de mediação do Brasil no conflito Israel-Palestina (Gomes, 2021). No entanto, houve poucas mudanças concretas no âmbito prático da Política Externa Brasileira durante o Governo de Bolsonaro: a proposta de transferência, por exemplo, não se concretizou, e o governo limitou-se à abertura de um escritório comercial em Jerusalém (Karam, 2023). Essa distância entre discurso e ação ilustra a principal contradição que orienta esta pesquisa.

Nesse sentido, o agronegócio é destacado como uma variável doméstica estabilizadora, responsável por garantir a continuidade das relações comerciais com o Oriente Médio, mesmo diante das mudanças ideológicas da PEB durante o governo Bolsonaro (Amanda et al., 2019; Karam, 2023). Essas mudanças referem-se à guinada ideológica e simbólica marcada pelo alinhamento incondicional aos Estados Unidos e a Israel, pelo abandono da tradicional postura de mediação no conflito Israel-Palestina e pela retórica anti-globalista e de extrema direita que isolou o país em fóruns multilaterais (Hirst & Maciel, 2022). Desse modo, essa reorientação gerou a expectativa de tensões com os países árabes, principais importadores de commodities; contudo, a força econômica e política do agronegócio impôs limites a essa ruptura, assegurando a continuidade dos fluxos comerciais e diplomáticos (Silva, 2019; Campos, 2022).

Sendo assim, a literatura sobre política externa brasileira durante os governos Temer e Bolsonaro indica que existem concordâncias entre os autores, como a prevalência do pragmatismo comercial nos dois governos (Amanda et al. (2019), Azzi e Marra (2020), Karam (2023)) e a ideologização da PEB no governo Bolsonaro (Gonçalves e Teixeira (2020), Brandão (2023), Vidigal (2019)). Contudo, algumas discordâncias também podem ser apontadas, como

o impacto prático das rupturas ideológicas e o papel de diferentes grupos internos, como a bancada evangélica e o lobby árabe.

Neste tópico, apontam-se os principais argumentos e evidências apresentados por esses autores, de forma a construir a base analítica sobre a qual se sustentará a discussão deste trabalho. Amanda et al. (2019) e Azzi e Marra (2020), através da análise de dados comerciais, mostram que o pragmatismo comercial prevaleceu em ambos os governos analisados (com grande destaque para o setor do agronegócio), destacam a presença de uma balança comercial favorável nesse período observado e Azzi e Marra (2020) especificamente, ressaltam os recordes históricos alcançados no que diz respeito às relações comerciais com o Oriente Médio. Em relação ao governo Temer, Berringer e Forlini (2018), por meio de uma análise histórica, observam que este governo priorizou o pragmatismo econômico, aproximando-se dos EUA e abandonando a cooperação Sul-Sul. Além disso, Silva (2019, 2022), a partir de um viés histórico, aponta a presença do pragmatismo no Governo Temer.

No que se refere ao Governo Bolsonaro, Baptista, Bertolucci e Diogo et al. (2021) ressaltam que as barganhas políticas e a influência de grupos internos limitaram as mudanças ideológicas no governo. Desse modo, Karam (2023) resalta o papel do lobby árabe na manutenção do pragmatismo. Assim, Saraiva (2019) e Campos (2022) reforçam que as pressões pragmáticas sustentaram a continuidade comercial entre os governos.

Contudo, Silva (2019, 2022) ainda aponta a ideologia presente no governo Bolsonaro e a perda de autonomia nas relações externas. Nesse contexto, Brandão (2023) e Herrmann (2023), a partir de uma retórica simbólica, destacam a influência da bancada evangélica e o papel retórico religioso na PEB do Governo Bolsonaro. Dessa forma, esses autores evidenciam que a retórica simbólica do governo foi fortemente permeada pelo discurso religioso evangélico, especialmente pelo sionismo cristão, difundido entre grupos pentecostais. A identificação desses grupos com Israel — vista como a “Terra Prometida” e como sinal da concretização das profecias bíblicas — conferiu à política externa um caráter espiritualizado e identitário. Assim, o apoio a Israel passou a ser interpretado como um dever moral e teológico, sendo instrumentalizado como forma de mobilização política e legitimação diante da base evangélica.

Ainda, Vidigal (2019) e Teixeira e Calandrin (2020) discutem o alinhamento com os EUA e Israel (ideologia religiosa) como uma ruptura diplomática. Vidigal (2019), assim como Gonçalves e Teixeira (2020), observa, portanto, rupturas ideológicas e priorização dos parceiros ocidentais.

De modo geral, os estudos revisados permitem identificar duas linhas de análise predominantes: a que destaca a persistência de um pragmatismo comercial, especialmente

voltado ao agronegócio, e a que enfatiza elementos de ruptura ideológica e simbólica, sobretudo no governo Bolsonaro. A literatura também revela divergências quanto à intensidade dessas rupturas e ao papel de grupos domésticos, como a bancada evangélica e o lobby árabe, na definição das prioridades da PEB.

A distinção entre ruptura simbólica e material é central para compreender as mudanças na política externa brasileira no período analisado. Segundo os marcos da Análise de Política Externa, a formulação da política externa é resultado de disputas entre diversos atores, perpassada por condicionantes domésticos e sistêmicos, e envolve tanto a dimensão discursiva quanto a operacional (Pinheiro & Milani, 2013). Nesse contexto, rupturas simbólicas referem-se a inflexões nos planos retórico, ideológico e identitário da política externa, como mudanças no discurso oficial e nas referências ideológicas mobilizadas. Por outro lado, as rupturas materiais envolvem transformações efetivas nas diretrizes práticas da política externa, como a alteração de prioridades diplomáticas, de parcerias estratégicas, de padrões comerciais ou de comportamento em fóruns multilaterais (Lessa & Oliveira, 2010; Milani, 2015). Essas questões serão analisadas e discutidas de forma aprofundada no desenvolvimento deste artigo.

O presente trabalho dialoga com ambas as correntes e posiciona-se a partir da APE, que permite articular disputas domésticas e condicionantes sistêmicos, bem como distinguir entre a dimensão discursiva (simbólica) e a dimensão operacional (material) da política externa (Pinheiro & Milani, 2013; Lessa & Oliveira, 2010).

Nessa lógica, a hipótese central do trabalho é que, embora existam rupturas simbólicas, expressas em discurso, ideologia e retórica, prevalece a continuidade material, sobretudo no comércio e na diplomacia prática. Apesar das diferenças ideológicas e estratégicas entre os governos Temer e Bolsonaro, os resultados no comércio exterior com o Oriente Médio e na manutenção de uma política pacífica mostram-se semelhantes. Isso evidencia a relevância central da região para o Brasil. Assim, a dicotomia entre o simbólico e o material constitui o fio condutor deste artigo.

Para a realização dessa pesquisa a ferramenta analítica mobilizada é a Análise de Política Externa (Pinheiro & Milani), que permite compreender a PEB de maneira plena ao considerar essencial a análise não somente dos fatores domésticos, que moldam a política externa de um país, mas também dos fatores internacionais, que influenciam as estratégias e políticas dos Estados (Salomón; Pinheiro, 2013). Além disso, o processo de tomada de decisões (aspecto que afeta significativamente a formulação da política externa de um país) leva em conta a interseção de dois aspectos: materiais e ideacionais (Snyder, Bruck, Sapin, 2002). Assim, a distinção entre

rupturas simbólicas (discursivas e ideológicas) e materiais (institucionais e operacionais) é central para essa análise.

Para complementar essa ferramenta analítica, também é mobilizado o conceito de jogo de dois níveis (Putnam, 1998), que consiste na compreensão de que os líderes negociam concomitantemente em dois níveis: com os estados e as instituições, e, no segundo nível, no âmbito doméstico, no que diz respeito à manutenção do apoio político interno. Assim, este conceito contribui para a análise das interações entre pressões domésticas (bancada evangélica, agronegócio, lobby árabe) e sistêmicas (EUA, comércio internacional).

Por fim, nesta pesquisa, é importante destacar o conceito de variável sistêmica, amplamente utilizado nas Relações Internacionais e na teoria dos sistemas. Essa variável, ao contrário de variáveis domésticas ou unitárias que se referem a elementos internos dos Estados (como regime político, economia ou opinião pública), diz respeito às condições estruturais do sistema internacional que moldam ou limitam as escolhas dos Estados e de outros atores (Waltz, 1979; Putnam, 1988; Pinheiro & Milani, 2013). Assim, seja na perspectiva neorrealista de autores como Kenneth Waltz (1979), seja nos estudos de Análise de Política Externa (Putnam, 1988; Pinheiro & Milani, 2013), esta é utilizada para retratar pressões internacionais, oriundas de regimes internacionais, organizações internacionais ou outros Estados.

Nesse sentido, a metodologia deste trabalho utilizou recursos característicos da Análise de Política Externa, como a análise de discurso, a análise da tomada de decisão, a análise documental e a análise comparada, para analisar as relações internacionais brasileiras com os Estados do Oriente Médio durante o período de 2016 a 2022. O uso desses recursos implica a realização de uma investigação sistemática dos processos decisórios que qualificam as táticas e estratégias brasileiras para o Oriente Médio, considerando os objetivos, a tomada de decisões, os discursos e as ações efetivas em termos de PEB.

Desse modo, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o tema “Política Externa do Brasil para o Oriente Médio no período de 2016 a 2022”, por meio de documentos oficiais e de fontes secundárias visando analisar e comparar os discursos e realizações materiais em relação ao Oriente Médio, e, assim, concluir se houve transformações entre o governo de Temer e de Bolsonaro, e quais foram essas.

Posteriormente, foi utilizado o método comparativo do tipo intra-caso para comparar um sistema mais semelhante e avaliar criticamente as diferenças entre os dois governos, no qual o eixo de coexistência é a PEB para o Oriente Médio. Dessa maneira, foram examinadas fontes documentais, como discursos presidenciais, notas do Itamaraty e acordos firmados, além de

indicadores de comércio exterior e de investimentos bilaterais, o que permitiu uma análise comparativa dos dois períodos governamentais.

A fim de trazer mais robustez analítica e maior interpretação à pesquisa, utilizou-se o método de entrevistas semiestruturadas, que contou com os seguintes entrevistados: Rubens Hannun (parte do Conselho de Orientação e ex-presidente da Câmara Árabe-Brasileira) e Natália Calfat (Professora assistente na IPSA USP e presidente do Instituto da Cultura Árabe). Dessa forma, as falas foram incorporadas ao relatório de forma articulada aos argumentos centrais da pesquisa, seja para reforçá-los, complementá-los ou até mesmo tensioná-los.

Uma dificuldade encontrada durante a elaboração do trabalho foi explicitar a diferença entre discurso e prática na PEB, especialmente durante o governo de Bolsonaro, dada a maior atenção dos veículos de comunicação aos discursos. Essa dificuldade foi superada por meio de textos acadêmicos e análises críticas, utilizados como bases teóricas, do levantamento de acordos bilaterais ou multilaterais do Brasil com o Oriente Médio e da balança comercial neste mesmo período. Sendo assim, essa questão exigiu triangulação constante entre fontes, o que aumentou a robustez da análise, mas também demandou mais tempo na seleção e sistematização do material. Contudo, a superação desse obstáculo na pesquisa foi não apenas essencial para o progresso da pesquisa, mas também demonstrou um dos principais pontos da PEB neste período: a disparidade entre discurso e prática.

Nesse sentido, este trabalho visa contribuir com a literatura recente sobre a atuação brasileira no Oriente Médio, especialmente no recorte proposto, apesar de sua notada relevância, reforçando a pertinência e a originalidade desta pesquisa. Ao centrar-se em um eixo geopolítico menos explorado pela academia, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão de como diferentes orientações ideológicas no Poder Executivo podem – ou não – gerar inflexões estruturais na política externa.

Além disso, a relevância deste trabalho reside em sua contribuição à articulação entre ideologia e pragmatismo, entre continuidade e mudança, evidenciando os limites da ideologização da PEB. Nesse sentido, a análise dos governos Temer e Bolsonaro permite compreender a política externa brasileira como um campo de disputa, e não como reflexo automático das diretrizes do Executivo.

Este artigo está organizado em seis partes. A primeira apresenta a introdução; a segunda discute a tradição da política externa brasileira para o Oriente Médio; a terceira analisa os governos Temer e Bolsonaro, destacando rupturas e continuidades; a quarta examina as pressões domésticas e sistêmicas à luz do jogo de dois níveis; a quinta parte traz o balanço entre

os dois governos analisados; e, por fim, a sexta parte traz a conclusão e as referências bibliográficas.

2. A tradição da PEB no século XXI para o Oriente Médio

Para analisar a tradição da PEB para o Oriente Médio ao longo do século XXI, é necessário compreender o conceito de pragmatismo nesse contexto. Na literatura, o termo não implica nulidade no que se refere à ideologia; caracteriza-se como uma estratégia nacional, com capacidade adaptativa de inserção internacional, voltada à maximização de interesses nacionais (Cervo; Bueno, 2002). Assim, o pragmatismo busca ampliar as margens de manobra, garantir autonomia, evitar alinhamentos automáticos com potências (que fragilizam a estabilidade e autonomia), diversificar parcerias e usar estrategicamente as instituições multilaterais. (Vigevani, Cepaluni, 2007; Lima, Moura, 2018).

Dessa forma, os interesses da política externa, com condução pragmática, são pautados pelo desenvolvimento econômico com soberania, pelo aumento da influência internacional e pela preservação da estabilidade diplomática. Nesse sentido, segundo a APE, a PEB é um âmbito disputado por diversos atores, como o executivo, Itamaraty, setores econômicos, sociedade civil e atores internacionais, cada um com seus interesses e funções construtivas na PEB, como pressão por estabilidade comercial por parte do setor econômico e pressão política/simbólica por parte da sociedade (Millani, Pinheiro, 2013). A faceta principal do pragmatismo na política externa é não usar essa política como uma performance ideológica, e sim levar em consideração todos os aspectos que a compõem, bem como todos os interesses e atores que participam do processo de formulação das políticas.

Desse modo, compreender o pragmatismo como elemento central da política externa brasileira permite analisar não apenas intenções e discursos, mas também a forma como essa matriz tem se manifestado historicamente. A partir dessa perspectiva, a revisão de literatura, revela pontos cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, evidenciando que a matriz característica da política externa brasileira (PEB) vem sendo colocada em prática desde o século XIX (Silva, 2022), tendo como principais características orientadoras: autonomia, importante papel de mediação nos foros internacionais e o foco na inserção internacional.

Assim, essa matriz foi colocada em prática não apenas por meio dos discursos, mas também pelas ações dos governantes, o que projetou o Brasil como um ator ativo na ordem internacional. Esta matriz é sustentada no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), caracterizando a dinâmica das relações internacionais do Brasil nesse período (Silva, 2022).

Nesse raciocínio, durante o governo de Lula, observa-se um perfil autônomo, multilateralista e assertivo do Estado brasileiro no cenário internacional, elevando a credibilidade internacional do país (Oliveira, 2023, p.107). Esse perfil é marcado por um ativismo nas questões internacionais, como flexibilização e pragmatismo. Desse modo, a cooperação Sul-Sul foi central nas relações diplomáticas, à medida que orientava as questões prioritárias nas negociações e nos acordos. (Silva, 2022). Assim, é observado um:

“perfil crítico das relações assimétricas entre os Estados, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma reaproximação aos países subdesenvolvidos, bem como a manutenção de relações com os países desenvolvidos.” (SILVA, 2022, p.11).

Além disso, em uma conjuntura internacional de boom das commodities, em especial do petróleo, foram almejadas alianças privilegiadas com o Sul Global, com destaque para o Oriente Médio devido a sua centralidade em relação ao petróleo. (Cepaluni; Vigevani, 2007 *apud* Oliveira, 2023, p. 107). Nesse contexto, além do aumento das exportações para o Oriente Médio, há a criação da Aspa (Cúpula América do Sul-Países Árabes), resultado de viagens presidenciais a países árabes como Síria, Líbano, Emirados Árabes, Egito e Líbia.

Nesse sentido, a matriz da política externa brasileira, notadamente no que diz respeito à inserção internacional, foi sendo desgastada desde o Governo Dilma Rousseff e também, posteriormente, no Governo Michel Temer, período em que essa passa por um processo de reestruturação. Esse processo se consolidou durante o governo Jair Bolsonaro, evidenciando novas condutas e, portanto, uma nova matriz de inserção internacional no que diz respeito à PEB. (Silva, 2022; Amanda et al., 2019).

Ao realizar um resgate histórico, observa-se que, no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), foram mantidas as principais diretrizes do Governo Lula, principalmente nos âmbitos econômico e social, além da presença no sistema internacional e, conseqüentemente, no multilateralismo, que se manteve a mesma do governo antecessor (Silva, 2022, p.8). Desta forma, um dos principais interesses desse governo era a ampliação da presença brasileira em escala global por meio do estreitamento de relações diplomáticas e de canais de cooperação com a África, a Ásia e o Oriente Médio, consolidando, assim, a ordem multipolar (Silva, 2022, p.6). Contudo, devido à conjuntura internacional, a matriz da PEB sofreu desgaste em relação ao período do Governo Lula. (Silva, 2022, p.11). Nesse sentido, com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil precisou iniciar um novo processo de diálogo com os países do Oriente Médio, visto que os acordos firmados na gestão anterior dependiam, muitas vezes, do alinhamento pessoal entre o ex-presidente Lula e os líderes da região. Assim, sem essas duas

peças centrais - Lula e os antigos chefes de Estado árabes -, as relações começaram a se modificar. Ademais, as transformações provocadas pela Primavera Árabe também exigiram uma reavaliação das relações entre o Brasil e os países afetados. Contudo, a cooperação comercial e financeira entre as regiões manteve-se em expansão (Silva, 2022). Dessa forma, Dilma pretendia manter esses vínculos, adaptando-os às novas demandas do contexto regional. Portanto, mesmo adotando uma postura menos personalista, o governo Dilma se manteve fiel aos ideais diplomáticos que marcaram a política externa brasileira nos anos anteriores, especialmente “os ideais [...] de independência do eixo Sul e estreitamento de laços com o mundo árabe.” (Silva, 2022, p.63).

Assim, há um consenso na literatura sobre uma tradição aos governos Lula e Dilma que valorizaram um perfil autônomo e assertivo, com alta credibilidade internacional, mas, esse status de ator global foi perdido durante o governo Temer.

3. Governo Temer e Governo Bolsonaro: rupturas simbólicas e continuidades materiais na Política Externa Brasileira

Esta secção argumenta que, nos governos de Temer e Bolsonaro, a PEB passou por uma reconfiguração que combinou rupturas simbólicas e ideológicas com continuidades materiais e pragmáticas. Assim, embora o discurso presidencial e as orientações políticas tenham se afastado da tradição diplomática do Itamaraty – especialmente sob Bolsonaro, marcado pelo alinhamento ideológico aos Estados Unidos e pela retórica religiosa –, as práticas concretas da política externa revelam a persistência do pragmatismo econômico e da busca por estabilidade nas relações comerciais, sobretudo com o Oriente Médio. Para sustentar esse argumento, o primeiro subtópico apresenta a reconfiguração da matriz da PEB entre os dois governos; o segundo analisa o governo Temer e sua condução pragmática e econômica da política externa; e o terceiro examina o governo Bolsonaro, no qual a dimensão simbólica-ideológica se intensifica, mas sem alterar significativamente a materialidade da ação diplomática.

3.1 A reconfiguração da matriz da PEB

Em contraste a essa matriz sustentada nos governos anteriores, no governo de Temer observa-se uma série de ações rumo a mudanças materiais: o fim das políticas de cooperação sul-sul, renúncia da autonomia estratégica, adoção da conduta neoliberal (traduzida em políticas de privatização de empresas estatais e concessões de serviços públicos), realização de reformas

como a reforma trabalhista e a reforma da previdência; assim focando mais na política interna do que na política externa, devido ao momento de crises sócio econômicas e políticas no Brasil.

Ademais, no Governo Bolsonaro ocorre uma ideologização da política externa, ou seja:

“o governo brasileiro de Jair Bolsonaro (2019-2022) inaugurou “inédita” direção de política externa, sendo ela movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais durante grande parte do seu mandato.” (Gonçalves de Oliveira, 2023, p.115).

Nesse sentido, ocorre um alinhamento com os EUA no período do governo Trump, caracterizado por um americanismo ideológico; além disso, observa-se uma aproximação com países do Oriente Médio aliados aos EUA, tais como Israel, Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos. Essa aproximação se insere no alinhamento ideológico com os EUA, assim há:

“um distanciamento de países com governos de esquerda. Essa postura do atual governo, em relação ao Oriente Médio, acaba por priorizar relações com Israel e se distanciar de outros países da região, inclusive dos Territórios Palestinos. Mesmo que com uma tentativa de se aproximar do Catar, EAU e Arábia Saudita, os outros países da região não são levados em consideração.” (De Araújo Gomes, 2021, p.114).

Logo, esse alinhamento com os EUA influenciou o governo em relação às suas prioridades, alianças e abordagens (De Araújo Gomes, 2021).

Em síntese, através das análises de conteúdo dos formuladores de PEB, dos discursos de Bolsonaro e de análises de casos históricos de alinhamento do país, constata-se uma nova matriz de PEB, com mudanças materiais como o abandono das tradições de autonomia brasileira e um desprezo pela cooperação Sul-Sul, gerando uma consequente redução de relações diplomáticas com regiões como o Oriente Médio (Vidigal, 2019).

Dessa maneira, nos governos de Temer e de Bolsonaro, foi rompida a tradição diplomática do Itamaraty (papel central de mediação no plano internacional e postura autônoma) e, discursiva/simbolicamente, a relação Brasil e Oriente Médio foi realocada no que se refere a PEB nos discursos presidenciais (especialmente no Governo Bolsonaro), apesar da manutenção da importância comercial dessa relação na política externa brasileira. Nesse contexto, mudanças estruturais práticas em relação ao Oriente Médio não foram observadas; contudo, nesse período, as alianças davam ênfase aos interesses econômicos e comerciais, em detrimento das alianças político-ideológicas. Assim, o Estado brasileiro priorizou as relações com os países ocidentais e desenvolvidos.

Ao se aprofundar na literatura sobre a política externa brasileira nos governos de Temer e de Bolsonaro, observam-se tanto convergências quanto divergências. Há consenso quanto à postura pragmática do Governo Temer, voltada à atração de investimentos estrangeiros e à preservação das relações comerciais. Em contrapartida, o governo Bolsonaro contou com uma

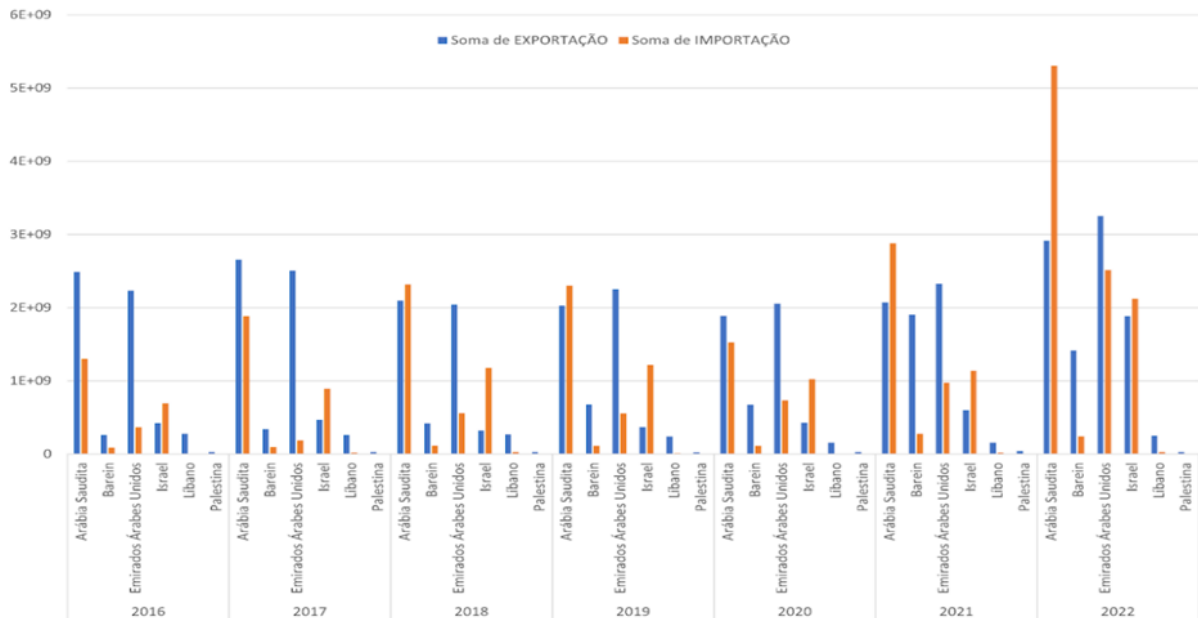
ideologização da política externa, marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos e pela aproximação simbólica com Israel (Gonçalves & Teixeira, 2020; Vidigal, 2019). Além disso, o setor do agronegócio é particularmente relevante para a estabilidade do país, mantendo as relações comerciais com o Oriente Médio, mesmo diante das mudanças políticas (Amanda et al., 2019; Karam, 2023).

As divergências decorrem da avaliação das rupturas ideológicas e simbólicas entre os governos. Autores como Silva (2022) e Campos (2022) argumentam que, apesar das diferenças retóricas, houve continuidade pragmática nas relações com o Oriente Médio. Já Vidigal (2019) e Herrmann (2023) destacam rupturas, como o abandono da cooperação Sul-Sul e a priorização de parceiros ocidentais, rompendo com a tradição diplomática brasileira de autonomia e universalismo. A influência de atores domésticos também é uma pauta de divergências. Herrmann (2023) e Brandão (2023) atribuem à bancada evangélica um papel central na aproximação com Israel, enquanto Karam (2023) destaca o papel moderador da bancada ruralista e do lobby árabe. Nesse sentido, o alinhamento com os EUA é visto por Gonçalves e Teixeira (2020) como ideológico e unilateral, enquanto Saraiva (2019) interpreta esse movimento como resultado de pressões internas de cunho pragmático.

Desse modo, a literatura converge quanto à manutenção do pragmatismo econômico, especialmente no comércio com o Oriente Médio.

O gráfico abaixo evidencia o predomínio das exportações brasileiras, sobretudo para a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, reforçando a centralidade do agronegócio nas relações com a região. Mesmo diante de diferenças político-ideológicas entre os governos, observa-se a continuidade do pragmatismo econômico, com a manutenção de vínculos comerciais estáveis e estratégicos.

Gráfico 1 - Dados de importação e exportação dos principais parceiros econômicos e políticos do Brasil na região do Oriente Médio durante o Governo Temer e o Governo Bolsonaro



Fonte: Comex Stat; 2025 elaboração: autoria própria.

Assim, os dados da Figura 1 indicam que o Brasil mantém uma posição de vantagem relativa no comércio com os países do Oriente Médio, especialmente com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, onde as exportações brasileiras superam significativamente as importações. Esse padrão evidencia a centralidade do agronegócio — carnes, cereais e açúcar — na construção de relações econômicas estratégicas. Ao mesmo tempo, nota-se que, mesmo em anos de maior alinhamento ideológico, como durante o governo Bolsonaro, o comércio não sofreu rupturas substantivas, sugerindo que os interesses econômicos consolidados e a estrutura comercial estabelecida atuam como freios à instrumentalização ideológica da política externa. Contudo, são identificadas rupturas no plano simbólico, ideológico e diplomático, sobretudo no governo Bolsonaro. A tensão entre retórica e prática, ideologia e pragmatismo, bem como a distinção entre mudanças na dimensão simbólica/discursiva e na dimensão material revelam a complexidade da PEB nesse período; assim, irei analisar e discutir essas questões de forma detalhada.

3.2 Governo Temer: pragmatismo econômico, ênfase em investimentos e baixa projeção política.

3.2.1 Dimensão simbólico-discursiva

No que se refere ao Governo Temer, foram observadas transformações no sentido de uma ruptura, tanto no nível nacional quanto no internacional, a partir de diretrizes conservadoras e neoliberais, que indicavam um alinhamento com as potências do Norte, um abandono da autonomia e a valorização do pragmatismo e do bilateralismo (Silva, 2019). Essas mudanças se intensificaram com a nomeação de José Serra para chanceler, quebrando a tradição diplomática do Itamaraty. Ademais, nesse cenário, existia uma divergência de interesses entre o chanceler Serra e o presidente Temer: “Michel Temer valorizava a posição estratégica do Brasil em relação aos países árabes – principalmente na manutenção das trocas econômicas – e não via como vantajosa a mudança de posições diplomáticas do Brasil sobre a questão” (Campos, 2022, p.21). Mais adiante, outro ponto que ocasionou na perda de apoio político do Governo Temer foi a troca de chanceler de Serra para Aluysio Nunes que destacava a forte importância da relação com Israel, mas reforçava que “não precisamos adotar um alinhamento automático às posições oficiais de nenhum país” (Ministério das Relações Exteriores, 2017a, p. 205 apud Campos, 2022, p.47).

Contudo, essas transformações estavam inseridas em um contexto de reconquista da legitimidade internacional brasileira. Assim, Temer estava focado em atrair investimentos estrangeiros, e utilizar as organizações multilaterais para ganhar espaço no cenário internacional, sendo assim, o tradicional multilateralismo não foi abandonado, e sim tomou uma nova forma, através de um viés econômico e não político (Silva, 2019). Dessa forma, entende-se que a única forma de reconquistar o papel autônomo do país e garantir a legitimidade seria por meio da estratégia institucionalista e pragmática, utilizando as relações brasileiras com as potências para se tornar novamente um ator relevante no cenário internacional (Berringer e Forlini, 2018 apud Silva, 2019). Além disso, devido ao cenário nacional interno, de crises socioeconômicas e políticas, a política externa não foi uma das prioridades deste governo. Nesse contexto, foi colocado em prática um “presidencialismo com ar semiparlamentarista” (Silva, 2019, p.82) por conta da proximidade do Congresso Federal com o Governo, para que assim Temer mantivesse a sua governabilidade e também transmitisse a imagem de um governo com legitimidade política e com responsabilidade no cenário internacional (Silva, 2019).

Ademais, o governo deu grande destaque aos investimentos estrangeiros no Brasil, visando uma economia integrada mundialmente. Todavia, em sua retórica, Temer utiliza-se de

fatores além do pragmatismo para mostrar a importância das relações comerciais com os países árabes e manter ou até melhorar esse cenário. Nesse sentido, em 2018 no Fórum Econômico Brasil e Países Árabes, Temer afirma que:

“temos ligações profícuas com os países árabes, fundadas, naturalmente, em sólidos vínculos primeiro humanos, num fluido diálogo político e em denso intercâmbio econômico. E exatamente com lastro nesses vínculos humanos, nós temos um diálogo muito fértil com os países árabes. (Temer, 2018).

Desse modo, Hannun¹ afirma que é necessário tratar os negócios com os árabes de maneira que leve em consideração os hábitos, costumes, cultura e o respeito, para além do negócio propriamente dito. É nesse sentido que Rubens expande o conceito de diplomacia econômica para diplomacia econômica ampliada; este conceito leva em consideração aspectos não somente econômicos por si sós. Assim, usando essa lente analítica no caso da carne fraca ele afirma:

“A gente tratou o negócio com essa cultura de olho no olho, de ir lá respeitando, ir lá explicando. Se fosse puramente negócio comercial, podia ir por uma linha de mandar lá um comunicado, um técnico mostrando que o negócio está certo, dar um desconto para ver se funciona, não teria nada a comparar. Eu diria que é ampliada nesse sentido, mas muito mais, na verdade, no dia a dia é muito mais.” (Hannun, 2025).

Além disso, durante o governo Temer, os principais âmbitos de acordos e parcerias bilaterais com os países árabes foram: energia, defesa, turismo, agricultura e, principalmente, investimentos (dos países do Oriente Médio no Brasil, devido à crise brasileira). Ao analisar os discursos de Michel Temer durante sua presidência, estes, em sua grande maioria, ressaltam o porquê os países do Oriente Médio devem investir no Brasil – devido à parceria confiável estabelecida com o Brasil, como observada pela segurança alimentar dos países árabes que é garantida pela importação de produtos alimentícios brasileiros – e a importância desses investimentos árabes para o país. Este posicionamento pode ser observado nas seguintes falas: “Queremos ampliar o fluxo comercial e de investimentos” (Agência Estado, 2018); “O Brasil [...] é um país mais próspero, um país mais aberto, um país de mais oportunidades de investimentos, de comércio, de negócios”. (Temer, 2018).

Também foram notáveis as reuniões bilaterais com a Palestina, o Israel, o Egito e o Irã. No que se refere à Palestina, mais especificamente ao conflito Israel-Palestina, Michel Temer se posiciona em concordância com a tradição diplomática brasileira a fim de manter as relações tanto com Israel — partindo de uma perspectiva mais pragmática — quanto com a Palestina — perspectiva mais diplomática. Nesse sentido, durante a Assembleia da ONU em 2016, o

¹ Entrevista concedida em maio de 2025 à estudante L. Moreira

presidente afirmou: “O Brasil apoia e o fez ao longo do tempo a solução de dois Estados, em convivência pacífica dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. É responsabilidade de todos dar novo ímpeto ao processo negociador.” (Temer, 2016).

3.2.2 Dimensão material-pragmática

No que tange às relações com o Oriente Médio especificamente, durante o Governo Temer, os principais produtos exportados para a região foram carnes e miudezas, comestíveis, açúcares e produtos de confeitaria e cereais (Comex Stat, 2025). Já, os principais produtos importados do Oriente Médio para o Brasil foram os combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; adubos (fertilizantes) e plásticos e suas obras. (Comex Stat, 2025).

Nessa lógica, uma postura pragmática prevaleceu, muito orientada pelo lobby do agronegócio (Moreira, 2020) no sentido em que:

“os países do Oriente Médio são importantes parceiros econômicos do Brasil, pois sua dependência pelas commodities produzidas, principalmente no que diz respeito aos produtos agropecuários, geram uma boa fonte de receita para o Estado brasileiro.” (Amanda et al., 2019, p.88).

Nesse cenário, um caso emblemático durante o governo Temer foi o da Carne Fraca, no qual foi noticiado que supostamente algumas carnes brasileiras continham papelão. Desse modo, o papel da Câmara Árabe-Brasileira foi essencial para solucionar essa problemática com os principais compradores da carne brasileira, os árabes, assim o então presidente da Câmara nesta época, Rubens Hannun, relata:

“Nós tivemos que ter uma reação muito forte para que os negócios não parassem com os países árabes. Essa reação que me fez entender que o nosso modelo é importante no Brasil, é importante ir lá, falar pessoalmente, mostrar como é que as coisas acontecem na relação com o Brasil. Então, na hora em que nós fizemos isso, juntar todos os embaixadores árabes, conversamos com eles, pegamos o ministro da Agricultura Brasileira, levamos aos países árabes, explicamos para eles o que estava acontecendo, olho no olho, que é o jeito que eles gostam de ser tratados, respeitados.

Então, isso fez com que não só a venda de carne não caísse, como aumentasse. Só que trouxe, junto com isso, essa consciência do governo, de que os países árabes, no seu conjunto, são importantíssimos. E aí a Câmara começou a trabalhar em conjunto com o governo, essas coisas foram andando, e aí nós passamos, no governo Temer, de 5º mercado do Brasil para 3º mercado do Brasil.” (Hannun, 2025).

Em 2017, o comércio entre o Brasil e os países árabes aumentou 20%, gerando um volume de US\$ 20 bilhões em produtos comercializados (Agência Estado, 2018). É importante destacar o acordo do Mercosul com a Jordânia e com o Líbano. Este acordo demonstra a intenção da integração regional durante este governo; sendo assim, o presidente afirma que:

“Identificamos barreiras ao comércio e estamos tratando de eliminá-las. Também no Mercosul, nós assinamos acordo de investimentos e, mais recentemente, um acordo sobre compras governamentais.” (Temer, 2018).

Nesse cenário, no que se refere às relações com o Oriente Médio durante o governo Temer, “o Brasil continuou a seguir aspectos estruturais de longo prazo em política externa para o Oriente Médio, restringindo-se a apenas leves ajustes de agenda” (Campos, 2022, p. 20). Desse modo, essa estratégia está alinhada aos objetivos econômicos de recuperação da crise. Assim, os resultados demonstram que, no Governo Temer, a Política Externa foi deixada em segundo plano, principalmente nos seus primeiros anos de gestão, devido ao cenário de crises internas do país. Isso pode ser observado pelos seguintes posicionamentos: “Em primeiro lugar, registro, volto a repetir, que nós precisamos é enfrentar a recessão, sair da recessão” (Temer, 2016); “Nossa tarefa, agora, é retomar o crescimento econômico e restituir aos trabalhadores brasileiros milhões de empregos perdidos. Temos clareza sobre o caminho a seguir: o caminho da responsabilidade fiscal e [...] social.” (Temer, 2016). Assim, sem mudanças efetivas e concretas na PEB de Temer, a continuidade do pragmatismo se observa.

3.3 Ideologização simbólica e pragmatismo econômico na política externa de Bolsonaro

Para analisar o Governo Bolsonaro, é preciso usar as lentes da Análise de Política Externa (APE) (Pinheiro; Milani, 2013) para compreender que “a política externa, assim como as demais políticas públicas, não é isenta de processos de barganha política, negociação com grupos de interesse e influências ideológicas e partidárias” (Baptista; Bertolucci; Diogo et al., 2021, p. 509). Sendo assim, é necessário compreender as pressões de grupos internos sobre o governo Bolsonaro. Neste período foram observados vários exemplos de como a política interna interfere na política externa. Desse modo, se uma decisão de PEB causasse impactos significativos nos interesses domésticos de diferentes grupos (principalmente se fosse no âmbito econômico), a probabilidade de os atores que seguiram uma linha mais pragmática terem proeminência era muito maior. Nesse sentido, um exemplo disso é o dos grupos da bancada ruralista (agronegócio), que defenderam limitações à ideologia na política externa para proteger seus interesses (Saraiva, 2019).

Nessa lógica, existiam três grupos locais que marcaram as pautas de PEB: os olavistas, que tinham uma posição pró-Washington e se posicionavam fortemente como anticomunistas; os liberais, que focavam na organização da economia brasileira orientada pelo bilateralismo e

pela recolocação do Brasil no cenário internacional; os militares, que, na prática, evocavam o lado pragmático do governo. Esses três grupos tinham em comum a defesa do alinhamento aos EUA, além da busca pela priorização dos parceiros ocidentais, o que, segundo eles, era essencial para a nação e a cultura. Dessa forma, os EUA foram colocados como eixo definidor da política externa e comercial do Brasil, diminuindo assim a margem de manobra do país e cedendo a potência sem esperar nenhuma reciprocidade (Gonçalves; Teixeira, 2020).

Nesse sentido, durante o Governo Bolsonaro, também houve um apelo social e identitário para destacar a importância das relações brasileiras com os países árabes: “O Brasil confere especial atenção ao relacionamento com o mundo árabe, que tem participação importante na formação de nossa sociedade por meio dos muitos imigrantes que chegaram ao nosso país.” (Bolsonaro, 2022). Mas também se destaca a importância econômica decorrente dessa proximidade: “A aproximação no campo político tem nos permitido encontrar novos espaços de cooperação em setores estratégicos, como ciência, tecnologia, inovação e energia.” (Bolsonaro, 2022).

3.3.1 Discurso e simbolismo

É importante analisar que, durante o governo Bolsonaro, a condução da PEB teve dois momentos distintos, marcados especialmente pela mudança do ministro das Relações Exteriores. O primeiro-ministro das Relações Exteriores desse governo foi Ernesto Araújo. Araújo adotou uma condução de política externa bastante ideológica ao se alinhar com o neoconservadorismo e trazer como pautas centrais discussões sobre ideologia de gênero, ideologia religiosa e questões de diversidade, identificadas pelo uso frequente de expressões como “marxismo cultural”, “comunismo” e “gramscismo”. Sua postura diplomática apresentava elementos moralistas, nacionalistas e religiosos. Além disso, em relação ao multilateralismo, estratégia central para a condução de uma PEB pragmática, este foi substituído por um alinhamento profundo com os EUA e por uma forte confrontação com os organismos internacionais (Simioni, F.; Kyrillos, G., 2023).

O modo de condução da PEB por parte de Araújo já foi anunciado logo em seu discurso de posse que traz pautas como a rejeição ao globalismo (que, segundo ele, reprime a identidade nacional e os valores tradicionais), o resgate de valores cristãos e a crítica à diplomacia do Itamaraty. Nesse sentido, destacam-se trechos como: “O globalismo se constitui no ódio através das suas várias ramificações ideológicas e de seus instrumentos contrários à

nação.” (Araújo, 2019). E “É tempo do Brasil recuperar sua alma. [...] É tempo do Itamaraty reencontrar sua alma.” (Araújo, 2019).

Esse modo de condução da PEB gerou consequências, como o isolamento diplomático de atores que se afastaram devido a esse discurso neoconservador e ideológico, como a China, os países do BRICS e os integrantes do Mercosul. Nessa lógica, observou-se um enfraquecimento da posição brasileira em fóruns multilaterais, acompanhado de uma perda significativa de influência diplomática (Simioni, F.; Kyrillos, G, 2023).

Por outro lado, com a posse de Carlos França como o novo Ministro das Relações Exteriores, outra forma de conduzir a PEB foi adotada. A condução adotada foi a partir de uma postura conciliadora, institucional e diplomática a fim de reconstruir a imagem internacional do Brasil. Dessa maneira, observou-se uma retomada do multilateralismo, por meio da reaproximação com fóruns internacionais e países parceiros estratégicos, além de uma linguagem mais neutra e técnica, que evitou o embate ideológico. Sendo assim, foi buscado o diálogo com organismos internacionais, como a OMC, a ONU e a OIT, com foco na cooperação multilateral e na reconstrução da confiança.

O discurso de posse de Carlos França demonstra essas mudanças ao defender um engajamento internacional pautado pela abertura e pelo pragmatismo e ao enfatizar a importância do multilateralismo e do diálogo (destacando o papel do Brasil como ator relevante nos fóruns multilaterais). A França também ressaltou a necessidade de ampliar o comércio exterior e de integrar o Brasil às cadeias globais de valor. Por fim, reafirmou o compromisso com uma diplomacia profissional, técnica e eficiente. Isso pode ser evidenciado por trechos de seu discurso como: “Engajar o Brasil em intenso esforço de cooperação internacional, sem exclusões. E abrir novos caminhos de atuação diplomática, sem preferências desta ou daquela natureza.” (França, 2021), “O Brasil sempre foi ator relevante no amplo espaço do diálogo multilateral. O que nos orienta, antes de tudo, são nossos valores e interesses.” (França, 2021) e “Seguirei o modelo de diplomacia discreta, técnica e eficiente, que é a marca registrada do Itamaraty.” (França, 2021).

Por conta dessa nova condução da PEB, houve uma recuperação gradual da imagem do Brasil no cenário internacional, um aumento do diálogo e uma estabilização das relações exteriores, revertendo parte do isolamento vivido. Além disso, retomou-se a valorização da diplomacia profissional do Itamaraty. Portanto, a PEB sob condução de França teve um tom pragmático, técnico, cooperativo e não ideológico (Simioni, F.; Kyrillos, G, 2023).

É possível recorrer à análise comparativa dessas duas conduções de PEB para explorar, na prática, o termo “pragmatismo” na política externa. Nesse sentido, no que se refere a Araújo,

o uso do termo “pragmatismo” foi predominantemente retórico e ideológico, associado à defesa da soberania nacional como oposição ao globalismo. Em contrapartida, a França adotou uma abordagem técnica e funcionalista, que priorizou temas concretos, como a promoção do comércio exterior e a normalização das relações diplomáticas. Em relação à defesa dos interesses nacionais, sob Araújo, esta era conduzida majoritariamente por forte influência ideológica e religiosa. Já, na gestão de França, os interesses eram definidos de maneira mais institucionalizada, envolvendo o Itamaraty, o Executivo técnico e setores econômicos.

Portanto, no que diz respeito ao alinhamento teórico, Araújo se distanciou da tradição do pragmatismo clássico, enquanto a orientação de França foi coerente com os princípios da “autonomia pela diversificação” e do “pragmatismo universalista”, tradições consolidadas da política externa brasileira.

Ademais, um ponto relevante que pautou a PEB de Bolsonaro, especialmente durante o mandato de Araújo, foi a pressão sistêmica exercida pelos Estados Unidos – sendo este considerado uma peça-chave da política de Bolsonaro segundo Hannun² – e ainda pela figura do próprio presidente Donald Trump, devido à sua relação com Bolsonaro, o que resultou em um alinhamento com a potência. Em relação a Trump, Bolsonaro demonstra sua afinidade em frases como: “Donald Trump, que publicamente já disse que me considera amigo, e eu fico muito honrado com isso.” (Bolsonaro, 2020). Sempre fui um grande admirador dos Estados Unidos e essa admiração aumentou com a chegada de Vossa Excelência (Donald Trump) à presidência” (Bolsonaro, 2020). Além disso, o presidente afirma que uma relação mais próxima e uma cooperação em diversas áreas estratégicas com os EUA seriam mutuamente benéficas para os atores; no entanto, essa relação se mostra bastante desequilibrada no que diz respeito tanto aos benefícios que seriam trazidos para os EUA quanto à falta de interesse demonstrado em um estreitamento dessa relação.

Essa pressão sistêmica e histórica – além do destaque para as afinidades existentes durante esse período – pode ser observada pela própria fala de Bolsonaro:

“Temos interesse enorme em cada vez mais se aproximar dos Estados Unidos. Vivemos há quase 200 anos em parceria. Alguns momentos nos afastamos, por questão ideológica, mas tenho certeza que, no momento, com nossa chegada ao governo, nunca tivemos uma oportunidade tão grande pelas afinidades que nosso governo tem. O Brasil e os Estados Unidos têm tudo para selar suas relações comerciais, materializando o eixo norte e sul, que os nossos países se complementam e temos tudo para realmente nos integrarmos cada vez mais e sermos o exemplo para o mundo” (Bolsonaro, 2022).

² Entrevista concedida em maio de 2025 à estudante L. Moreira

Adicionalmente, Bolsonaro reforça que um dos pilares da parceria com os EUA é justamente a convergência de valores e princípios, bem como a busca por benefícios mútuos e concretos para ambas as partes. Desse modo, ele crê que, neste período, foi inaugurada “uma nova etapa no relacionamento entre as duas maiores economias e democracias do hemisfério.” (Bolsonaro, 2020).

No tocante ao conflito Israel-Palestina, a postura mediadora sustentada pela diplomacia brasileira há décadas, e presente no governo de seu sucessor, é rompida. Nesse sentido, Bolsonaro demonstra um maior apoio a Israel – pelo menos em sua retórica - e ressalta que desse modo o Brasil alcançará um equilíbrio no tratamento das questões do Oriente Médio, assim, afirma: “A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região. O Brasil é um país cristão e conservador, e tem na família sua base” (Bolsonaro, 2020). “Brasileiros e israelenses compartilham valores, tradições culturais e um apreço à liberdade e à democracia. É motivo de muito orgulho para mim e para o povo do meu país o papel que nosso chanceler Osvaldo Aranha desempenhou na criação do nosso Estado de Israel. Eu disse nosso.” (Bolsonaro, 2019).

Sendo assim, a manutenção e a aproximação da relação com Israel provocaram desentendimentos com a opinião pública entre as comunidades evangélicas, especialmente na bancada evangélica, gerando um descompasso entre o legislativo e o executivo (Campos, 2022). Desse modo, a aproximação com Israel demonstra a continuidade de uma nova tendência observada no Governo Temer entre as lideranças políticas e religiosas; assim, os sionistas cristãos encontraram em Bolsonaro alguém para acatar seus interesses; dessa forma, um tema de política externa nunca teve tanta visibilidade no debate público brasileiro (Herrmann, 2023). Nesse sentido, uma nova tendência entre as lideranças políticas e religiosas no que se refere a condução de PEB foi consolidada no Governo Bolsonaro:

When Temer took office, Evangelical leaders leapt to center stage of Brazilian politics, which had noticeable effects on foreign policy discussions. Though they were not immediately able to force the government to change Brazil’s traditional positions on Israeli Palestinian conflict, the vocal Christian pastors and lawmakers did at least contribute to the unprecedented politicization of relations with Israel— which also comported with the stance of some institutions of the Brazilian Jewish community. The election of Trump in 2016, and particularly his decision to move the US embassy to Jerusalem a few months later, proved to be a game-changer for Israel—and, likewise, for Brazilian foreign policy (Casarões; Feldberg, 2021, p.81 *apud* Herrmann, 2023, p. 82/83).

Outra diferença notável durante o Governo Bolsonaro, em relação ao Governo de Temer, é a existência de uma motivação não apenas pragmática para a proximidade com certos

países do Oriente Médio, principalmente aqueles com regimes ditatoriais e de extrema direita, dessa forma: “Há uma afinidade ideológica entre o governo Bolsonaro e esses governos. (...) Ele sabe que o eleitor acredita nisso, e concorda com isso. Com isso, ele reforça os laços com os bolsonaristas mais radicais, com a ala mais ideológica da direita” (Neiva, 2021 apud César, 2021, n.p.). Nesse sentido, Hannun afirma: “Eu acho que foi mais uma influência interna negativa do que positiva.” (Hannun, 2025). Dessa maneira, questionado acerca dos grupos que poderiam ter causado essa influência negativa interna, ele reforça:

“foram os não comerciais. A coisa mais política, mais ideológica e menos comercial. O comercial pelo comercial, foi aí que a gente trabalhou” (Hannun, 2025).

Uma das dimensões ideológicas existentes é a questão da religião. Diversos discursos de Bolsonaro ao longo de seu mandato contêm frases como: “A palavra que nos une é a confiança, é a fé e a crença em Deus que podemos fazer melhor para o mundo.” (Bolsonaro, 2019). Esse apelo religioso pode ser observado explicitamente no tocante às relações com Israel; assim, o presidente afirma: “Muitas coisas nos unem, obviamente, o que é mais importante, as tradições, a participação do Brasil no reconhecimento do Estado de Israel, bem como a nossa cultura judaico-cristã.” (Bolsonaro, 2019). Contudo, essas questões ideológicas, no que se refere às relações com o Oriente Médio, podem ser mascaradas pela importância das relações comerciais com os países árabes. É nessa lógica que Hannun, considerando seu papel na Câmara neste período:

“Foi no comercial que nos ajudaram a neutralizar as outras forças. A gente nem precisa trabalhar na política porque a gente tem dados econômicos. Nós temos fatos econômicos que, por si só, são muito fortes. [...] De emprego, de arrecadação, de venda. Então, isso deve sensibilizar também a sociedade em geral. Então, a gente trabalhou nessa linha. [...] Só mostramos os riscos.” (Hannun, 2025).

Ou seja, o pragmatismo urge que essas relações se mantenham, e, portanto, a questão da ideologia quase passa despercebida, possibilitando que Bolsonaro negue a existência do viés ideológico em seu governo: “O Brasil deu uma guinada, a condição ideológica deixou de existir”(Bolsonaro, 2019). Em relação à retórica de Bolsonaro, Rubens Hannun afirma que:

Eu acho que essa foi uma fala que foi sendo aprimorada com base em informação. [...] E à medida que as informações foram aparecendo. À medida que o contato direto foi sendo estabelecido com a estrutura do governo e tal. Então, esse discurso foi se aprimorando. Foi ganhando com essas informações. Foi ganhando conhecimento e com esse conhecimento foi se adequando. [...] Eu não acho que tinha alguma coisa contrária, negativa. Era uma coisa mais eleitoral. Uma coisa assim que não tinha clareza da consequência. O discurso foi se alterando por aí. Mas não é que ele se alterou, ele foi se fortalecendo em conhecimento e aí foi aprimorando” (Hannun, 2025).

Dessa forma, a fala de Hannun evidencia que o discurso inicial do governo Bolsonaro, marcado por traços ideológicos e eleitorais, foi sendo ajustado à necessidade prática de

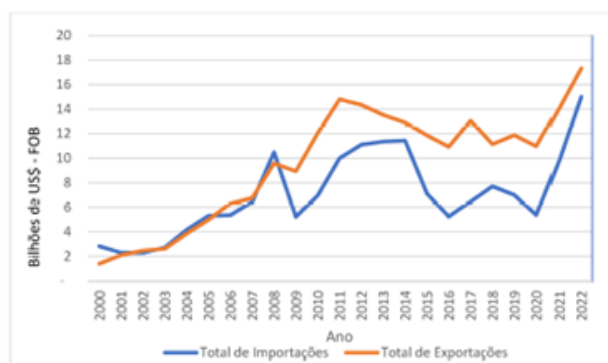
preservar interesses econômicos e diplomáticos consolidados na tradição da política externa brasileira. Assim, ainda que a retórica buscasse diferenciar-se dos governos anteriores - sobretudo para satisfazer o público interno conservador e o eleitorado de base ideológica - na arena internacional prevaleceu a lógica do pragmatismo. Esse cenário reflete a dualidade em que o governo se encontrava: conciliava a retórica doméstica de ruptura com a continuidade pragmática exigida pelas relações comerciais e estratégicas do país.

3.3.2 Dimensão material e pragmática

Durante o governo Bolsonaro, os vínculos comerciais com os países árabes e o Irã (principais importadores de produtos vegetais e animais brasileiros) permaneceram firmes e em constante evolução (Azzi; Marra, 2020). Este governo terminou seu mandato com “as maiores cifras comerciais já alcançadas com o mundo árabe.” (Karam, 2023, p.119). Os principais produtos exportados para o Oriente Médio foram carnes e miudezas, comestíveis, minérios, escórias e cinzas. No que diz respeito aos principais produtos importados do Oriente Médio para o Brasil, assim como no Governo de Temer, esses são os combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; adubos (fertilizantes); plásticos e suas obras. (COMEX STAT, 2025).

Nessa lógica, o gráfico da Figura 1 abaixo, que ilustra a evolução do comércio bilateral entre o Brasil e países árabes entre 2000 e 2022, reforça que, mesmo durante o governo Bolsonaro, os vínculos comerciais com a região se mantiveram sólidos e até atingiram cifras históricas, consolidando, assim, a importância do Oriente Médio para a economia brasileira.

Gráfico 2 – Comércio com Países Árabes



Fonte: (Herrmann, 2023, p. 101)

Nesse cenário, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) – que promove a exportação brasileira no mercado árabe – teve papel central na atuação do pragmatismo durante o governo de Bolsonaro; assim, atuou como lobby árabe, se sobrepondo às ideologias e amenizando o mercado e, assim, mantendo a cooperação Sul-Sul através da proximidade com os países árabes (Karam, 2023). Dessa forma:

“o lobby árabe se alinhou com congressistas das bancadas “da bala” e “do boi” e de autoridades ministeriais, sobretudo da agricultura e da defesa, afastando-se de integrantes da bancada “da bíblia” e de outras figuras políticas e religiosas.” (Karam, 2023, p. 125).

Sendo assim, Bolsonaro deu continuidade a aproximação do Brasil com as nações árabes, assim como realizado nos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer (Karam, 2023), nessa lógica, “A Liga Árabe representa 22 países do Oriente Médio e norte da África, sendo o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.” (Azzi; Marra, 2020, p.114), sendo as principais exportações brasileiras referentes às carnes (reforçando o papel central do agronegócio nessa dinâmica), já no que diz respeito às importações “destacam-se a Arábia Saudita, Israel, Catar e Emirados Árabes Unidos com participação principalmente no fornecimento de adubos ou fertilizantes químicos e óleos brutos de petróleo ou de minerais” (Azzi; Marra, 2020, p.115).

Devido à posição ativa do Congresso nos assuntos do Oriente Médio, em 2020 foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, “visando a uma cooperação interparlamentar que fortaleça as relações entre o Poder Legislativo e os países árabes” (Azzi; Marra, 2020, p.114). Todavia, é importante destacar que os países árabes visitados pelo presidente Bolsonaro durante seu mandato são parceiros ou aliados dos EUA, como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Catar, o que demonstra a influência norte-americana sobre este governo (Herrmann, 2023).

Nesse sentido, durante o mandato de Bolsonaro, mais de dez acordos e quatro memorandos foram assinados com países do Oriente Médio. Dessa forma, destacam-se os países: Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Israel e Arábia Saudita. Os principais setores destes acordos e memorandos foram: cooperação militar, defesa, segurança, cooperação econômica (com destaque para o comércio) e investimentos (Gov Br, 2021; Agência Brasil, 2021). No que se refere aos países com regimes ditatoriais, como Catar, Bahrein e Emirados Árabes Unidos, estes têm importância central para a economia brasileira devido à sua potencialidade de serem grandes consumidores de produtos brasileiros, tais como carne, soja e minério de ferro. (Neiva, 2021).

Com base na pesquisa, podemos observar alguns dados comerciais que evidenciam tanto a importância dessas relações quanto seu crescimento durante o governo Bolsonaro. Com

relação à Arábia Saudita, a exportação aumentou em mais de 40% em relação a 2018; assim, em 2022, foi faturado 5,3 bilhões de dólares na venda de produtos sauditas para o mercado brasileiro, o que se configura como a maior cifra na relação entre os dois atores desde 1997. Ademais, no que se refere aos Emirados Árabes, esta relação também atingiu um recorde comercial em 2022, faturando 2,2 bilhões de dólares (Karam, 2023; ApexBrasil, 2023). Estes dois países são consumidores fundamentais de produtos brasileiros, como carne, açúcar, milho e soja; ou seja, o agronegócio é de extrema importância nessas relações (Borges, 2023).

Ademais, outros países que têm destaque nas relações comerciais com o Brasil são: Catar, que importa 90% dos produtos alimentícios brasileiros, fazendo com que a segurança alimentar do Catar seja garantida (Gov Br, 2021); Bahrein que ocupa o quarto lugar nas transações comerciais com o Brasil (Gov Br, 2021); Dubai, que representa um forte interesse do setor privado em relação às indústrias (Bolsonaro, 2021). Nesse sentido, a Tabela 1 abaixo apresenta os principais acordos, bem como os principais objetivos deles, assinados durante o governo Bolsonaro entre o Brasil e os países do Oriente Médio:

Tabela 1 - Principais acordos firmados com os países árabes durante o Governo Bolsonaro

Acordo	Área(s)	Interesse(s)
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Bahrein (2022)	Cooperação militar	Pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos
Memorando de Entendimento para a coexistência pacífica entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Bahrein (2021)	Tolerância, liberdade religiosa e coexistência pacífica entre os povos	Ampliação das relações bilaterais
Memorando de Entendimento Sobre Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos (2019)	Cooperação econômica, militar, política e de segurança	Ampliação das relações bilaterais

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-Emirados Árabes Unidos (2019)	Cooperação institucional e fluxos mútuos de investimentos	Benefícios para o setor privado brasileiro
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento Brasil - Marrocos (2019)	Fluxos mútuos de investimentos	Benefícios para o setor privado brasileiro

Fonte: Gov Br, 2022, elaboração própria

Além disso, a partir do memorando de entendimento com os Emirados Árabes Unidos foram firmados oito acordos e memorandos nas áreas de: paz e segurança, cooperação econômica, indústria, infraestrutura, agricultura, transporte, e cooperação energética (Gov Br, 2021; Funag, 2022).

Ademais, no que se refere ao estreitamento de laços com Israel, em conformidade com a base religiosa e com o alinhamento aos EUA, foi anunciado que seria feita uma mudança da embaixada brasileira em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém, assim como foi realizado por Donald Trump, presidente dos EUA, neste período. Todavia, devido aos constrangimentos pragmáticos - como as desavenças pelos países árabes criadas por essa intenção de mudança da embaixada, e pelo descontentamento do agronegócio brasileiro - foi criado apenas um escritório comercial em Jerusalém que seria administrado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores visando novas parcerias e para ser usado como uma atração para um de centro de pesquisa para o Brasil (Karam, 2023).

No que diz respeito a proposta de mudança da embaixada brasileira para Israel, Hannun afirma que isso:

“Começou a deixar os árabes com uma pulga atrás de orelha, dizendo assim, será que o Brasil vai mudar de posição, ter uma posição neutra em relação ao conflito árabe-israelense? Será que ele vai passar a ter uma posição próxima a Israel? E isso não agrada os árabes. Então, pela importância dos países árabes, a gente começou a divulgar. A gente fez uma reunião e levou um relatório para o vice-presidente, o general Mourão, mostrando a importância do papel que os países árabes fazem no comércio brasileiro. [...] Levamos a Ministra (da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) Teresa Cristina, que foi uma parceira muito interessante. Ela foi para os países árabes, conversou lá. Então, veio para cá o secretário-geral da União dos Estados Árabes, que faz parte da Liga Árabe, mostrando o quanto isso poderia afetar

o comércio. E aí nós começamos a fazer taxas reais e o quanto o Brasil perderia de empregos, o quanto perderia de impostos, o quanto perderia de superávit. Então, baseado na informação, nós conseguimos fazer com que não alterasse. Até hoje a embaixada continua onde está, foi aberto um escritório comercial.” (Hannun, 2025).

Este relato evidencia o modo como o pragmatismo econômico conteve possíveis mudanças durante o governo Bolsonaro, devido à importância do aspecto econômico na relação árabe brasileira.

Por fim, em relação ao período da pandemia de Covid-19, o Brasil não fechou as fronteiras com os países árabes, o que garantiu a segurança alimentar da região. Esse cenário contou fortemente com a influência e a atuação da Câmara Árabe-Brasileira:

O Brasil não fechou fronteira para os árabes. “Isso foi uma conversa que nós tivemos logo no primeiro mês da pandemia, entre a ministra Teresa Cristina e o secretário-geral da Câmara Árabe. Onde a ministra garantiu que não ia fechar as fronteiras, que a segurança alimentar dos árabes estava garantida. [...] Então, veja, isso também fortaleceu muito a confiança. [...] Às vezes você tem até concorrentes que oferecem produtos mais baratos, às vezes até melhor, mas aí eles são muito fiéis. Quando eles confiam, eles são extremamente fiéis. Então eles se mantêm lá, mesmo às vezes tendo algumas desvantagens e tal, mas eles confiam e eles mantêm. (Hannun, 2025).

Portanto, poucas mudanças materiais no âmbito prático da Política Externa Brasileira durante o Governo de Bolsonaro são observadas. Contudo, não pode ser ignorada a existência do apelo ideológico na PEB neste período, principalmente no que tange ao aspecto ideológico-religioso em relação a Israel (Gonçalves; Teixeira, 2020). Esse aspecto está inserido na estratégia de Bolsonaro de retorno do elemento identitário na PEB: “A minha tese é de que o pragmatismo só faz sentido se ele tiver um sentido, se ele se basear em uma direção, um plano, em um sentimento de identidade” (Tv Senado, 2019 *apud* Brandão, 2023, p.70). Ademais, esse apelo ideológico pode sinalizar a volta da religião ao centro do policy-making (Brandão, 2023), nesse raciocínio: “os acenos de Bolsonaro para Israel foram significativos no plano simbólico, cujo capital é poderoso, por vezes muito mais do que ações concretas e efetivas (Bourdieu, 2011 *apud* Brandão, 2023, p.73)”.

Desse modo, essa constatação reforça que apesar da retórica de ruptura e da mobilização simbólica da identidade cristã e conservadora, as práticas concretas da PEB seguiram ancoradas em interesses econômicos e estruturais de longo prazo, especialmente no comércio com o Oriente Médio. Assim, o paradoxo entre discurso ideológico e continuidade material expressa,

portanto, um típico “jogo de dois níveis”: enquanto a retórica ideológica atendia às pressões e expectativas do público doméstico – em especial das bases eleitorais evangélicas e conservadoras –, na arena internacional prevaleceu a racionalidade pragmática, pautada pelas relações comerciais e institucionais.

4. Pressões domésticas e Jogo de Dois Níveis: atores domésticos, pressões sistêmicas e comércio internacional

Nesse sentido, é necessário analisar o papel do discurso e da retórica na construção de política externa. Desse modo, a retórica tem a capacidade de construir ou abalar alianças e acordos, e a performance pública pode moldar a imagem externa (Lessa, Oliveira, 2010). Assim, esses aspectos afetam diretamente a política externa. Além disso, o discurso faz parte das disputas internas de poder que também influenciam a PEB (Milani, 2015).

Dessa forma, a partir do conceito de Jogo de Dois Níveis de Putnam (1998), os líderes negociam concomitantemente em dois níveis: com os estados e as instituições, e o segundo nível, no âmbito doméstico, no que diz respeito à manutenção do apoio político interno. Isso pode ser usado ao analisar o governo Bolsonaro, pois este se fez de discursos simbólicos contra a China, a ONU e pró-Israel com objetivos de reforçar a sua base eleitoral e mobilizar a identidade política interna, mas sem levar em consideração, a priori, o primeiro nível, ou seja, o cenário internacional.

Nesse sentido, a política externa do governo Bolsonaro foi entendida e promovida como uma guinada radical e sem precedentes nas diretrizes tradicionais da PEB; assim, este incorporou teses da extrema-direita mundial, implicando em um descarte sistemático de princípios que guiaram a diplomacia brasileira por longas décadas.

Dessa maneira, a criação de uma expectativa de ruptura em relação à tradição de PEB foi construída por meio de ações e discursos que buscavam transfigurar o perfil internacional do Brasil, contando com posicionamentos ideológicos que substituíram as premissas clássicas da diplomacia brasileira por bandeiras pontuais ideologizadas, que podem ser categorizadas em quatro eixos (Hirst; Maciel, 2022). O primeiro eixo é o alinhamento incondicional à administração Trump, articulado a um forte antagonismo ao multilateralismo e ao globalismo. Assim, narrativas anticomunistas e negacionistas, como a rejeição à ONU e a referência de Ernesto Araújo à COVID-19 como “comunavírus”, tornaram-se símbolos dessa retórica, acompanhadas da eliminação de termos como “gênero” e de críticas a agendas de direitos humanos e clima. Já no eixo ambiental, o governo rompeu com o legado de liderança

sustentável ao questionar dados científicos e ao desistir de sediar a COP-25 em 2019. No eixo geopolítico, privilegiou-se a aproximação com Israel, em chave religiosa e simbólica, com o consequente distanciamento da Palestina. Por fim, no eixo regional, o antirregionalismo e a omissão em fóruns como o PROSUL consolidaram o isolamento do Brasil na América Latina. Sendo assim, o discurso de “nova inserção global” resultou, paradoxalmente, no enfraquecimento da presença brasileira e na perda de influência diplomática (Hirst; Maciel, 2022).

Nesse contexto, o governo Bolsonaro concebia sua política externa de modo diferenciado, pois estava enraizada em um "núcleo político ideológico" que integrava o projeto de poder nacional e estava sintonizado com o ideário da extrema direita internacional (Hirst; Maciel, 2022). Essa configuração visava públicos estratégicos, tanto domésticos quanto internacionais. No âmbito doméstico, essa condução de PEB era usada como um espaço de políticas declaratórias a fim de fidelizar a parcela mais radical do seu eleitorado; assim, os posicionamentos ideológicos serviram como insumo narrativo do projeto de poder nacional. A "bancada da Bíblia" (evangélica) teve um papel central, em que o discurso pró-Israel era uma moeda de troca política para garantir apoio no Congresso a outras pautas do governo, ou seja era uma forma de angariar apoio, pois envolvia principalmente gestos simbólicos e não mudanças legais ou orçamentárias complexas (Hirst; Maciel, 2022). Nesse sentido, no âmbito internacional, o governo Bolsonaro buscou integrar o país no círculo de países governados por líderes e ideais da extrema direita, o que se manifestou, por exemplo, na relação privilegiada com Donald Trump e seus ideólogos e na aproximação com países como Polônia e Hungria. Dessa maneira, o fortalecimento da relação com os EUA e o reconhecimento como aliado extra-OTAN também se encaixavam na busca por sintonias externas do pilar de segurança e defesa (Hirst; Maciel, 2022). Portanto, essa enunciada ruptura na PEB era um símbolo dessa nova era, advinda da política bolsonarista; ser pró-Israel e anti-esquerdismo global fazia parte da performance identitária do governo, sinalizando uma adesão ao campo da extrema-direita mundial.

Contudo, o discurso do governo Bolsonaro em relação à condução da PEB não se traduzia em ação prática, pois os interesses estruturais, as pressões de coalizões domésticas e a necessidade de estabilidade econômica e institucional atuavam como um limite à ruptura, equilibrando o simbolismo ideológico com o pragmatismo. Ou seja, o discurso foi mais performativo e estratégico do que operacional, dirigido a públicos específicos para reforçar a base eleitoral e a identidade política do governo, enquanto a prática continuava guiada por pautas pragmáticas, como o comércio das commodities.

Por outro lado, durante o governo Temer também se formou uma expectativa de mudança em relação à tradição da política externa brasileira - ainda que de forma mais contida e pragmática do que a guinada ideológica promovida no governo Bolsonaro. Essa percepção de ruptura foi construída principalmente por meio de discursos e da imagem projetada em fóruns internacionais, o que sinaliza um deslocamento do eixo Sul-Sul tradicional para uma retórica liberal-ocidental. Em seu pronunciamento no Fórum Econômico Mundial de Davos (2018), Temer deu ênfase à previsibilidade e à atração de capitais, em contraste com o discurso histórico de autonomia diplomática e solidariedade entre países em desenvolvimento, o que gerou a expectativa de uma inserção mais alinhada aos padrões econômicos e políticos do Ocidente.

Além disso, a nomeação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores, em 2016, também foi interpretada como um marco simbólico dessa criação da expectativa de inflexão. Ao colocar uma figura política de alto perfil, sem carreira diplomática e conhecida por suas posições pró-Estados Unidos e críticas à política externa do Partido dos Trabalhadores, o governo sinalizou o encerramento da era do profissionalismo do Itamaraty e da diplomacia presidencial ativa dos governos Lula e Dilma.

No plano institucional, a formalização da candidatura do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforçou essa expectativa de realinhamento, expressando o desejo de inserção em um “clube de países ricos” e um distanciamento do foco em coalizões como os BRICS e o Sul Global. Ademais, o foco em governança, segurança jurídica e reformas liberais reforçava a imagem de um Estado estável e tecnocrático, priorizando a dimensão econômico-comercial da política externa em detrimento do engajamento político-diplomático característico dos governos anteriores.

Nesse contexto, o governo Temer operou em um “jogo de dois níveis”, direcionando discursos de realinhamento geopolítico a parceiros internacionais e investidores — com o intuito de sinalizar credibilidade e estabilidade —, ao mesmo tempo em que mantinha uma prática externa guiada pelo pragmatismo econômico e pela continuidade institucional. Enquanto Serra discursava sobre uma nova orientação da política externa, Temer reforçava os laços comerciais com os países árabes, como no Fórum Econômico Brasil–Países Árabes, evidenciando que a estrutura consolidada de comércio e o peso do agronegócio funcionaram como freios à ruptura efetiva.

Sendo assim, o pragmatismo econômico e a necessidade de estabilidade institucional moldavam as intenções de inflexão, garantindo que, apesar da linguagem liberal-ocidental, a política externa de Temer permanecesse dentro dos marcos tradicionais. Portanto, enquanto para Temer a retórica buscava projetar uma imagem de confiabilidade e abertura ao mercado,

para Bolsonaro ela operava como ferramenta de mobilização ideológica e doméstica. Em ambos os casos, fatores estruturais e interesses econômicos limitaram a distância entre o discurso e a ação.

Nesse sentido, o discurso é uma ferramenta de legitimação da política interna, que também influencia a política externa, mas, ao mesmo tempo, pode gerar dissonâncias entre discurso e prática para equilibrar as demandas internacionais e domésticas, colocando em prática o jogo de dois níveis.

Desse modo, é possível concluir que durante o governo Temer prevaleceram o pragmatismo, o foco nos investimentos externos e o foco na política interna. Já no Governo Bolsonaro, no qual a PEB foi pauta central, a ideologia foi constrangida pelo pragmatismo devido a importância do comércio com o Oriente Médio para a política, tanto interna quanto externa, do Brasil. É nesse sentido que Hannun coloca que houve uma continuidade durante a política externa de Bolsonaro:

“Apesar dessas coisas, desses fatos meio intermitentes aí, ela teve uma continuidade. Às vezes parecia que ia sair do rumo e voltava para o rumo. Mas na tendência geral, ela teve continuidade. O que é muito interessante, até porque nós temos uma relação com os árabes muito boa, até porque nós temos uma população árabes muito grande aqui. Então essa também é uma grande força que nós temos. Então aí a continuidade foi até uma coisa meio natural.” (Hannun, 2025).

Ou seja, esse cenário evitou transformações profundas da PEB durante o governo Bolsonaro. Assim, a imagem das relações comerciais e até mesmo diplomáticas não se difere significativamente na prática entre esses dois governos.

4.1 Diplomacia cultural e redes transnacionais na relação Brasil–Oriente Médio

Assim, com base nos resultados alcançados, é possível inferir que a Política Externa Brasileira (PEB) não é exclusivamente pautada pelo governo federal, nem até mesmo pelo Itamaraty. Nesse sentido, a PEB é influenciada, guiada, pautada e sustentada por uma rede de atores econômicos, institucionais e sociais, que disputam todos os processos que circunscrevem direta ou indiretamente a inserção internacional do Brasil e, neste caso especificamente, a relação árabe-brasileira. Nesse cenário, a cultura é tratada como ferramenta estratégica para construção de alianças, especialmente no eixo Sul-Sul. Como destaca Calfat³, promover a cultura não é apenas uma ação simbólica, mas também um vetor de transformação e

³ Entrevista concedida em junho de 2025 à estudante L. Moreira

aproximação política, especialmente entre países periféricos: “Através da cultura se faz também [...] se promove mudança.” (Calfat, 2025).

Dessa forma, a noção de diplomacia econômica ampliada - conceito cunhado por Hannun (2025), que é uma proposta conceitual que vai além da diplomacia formal, ou seja, envolve empresas, associações setoriais e câmaras de comércio que por vezes sustentam relações econômicas mais estáveis do que o discurso político - e os aportes da Análise de Política Externa (Pinheiro; Milani, 2013) – que reconhecem a relação dialética de atores estatais e não estatais na PEB – demonstram a complexidade e a permeabilidade da PEB a interesses não estatais, especialmente em momentos de crises e polarização ideológica, como observado nos Governos Temer e Bolsonaro, respectivamente (Calfat, 2025). Além disso, Calfat⁴ aponta uma retração no apoio institucional às atividades culturais, com impacto direto no *soft power* brasileiro. Durante os governos Temer e Bolsonaro, as atividades culturais foram prejudicadas por cortes orçamentários, pela pandemia e por mudanças nos padrões de consumo cultural.

5. Balanço geral entre governo Temer e governo Bolsonaro

Assim, a partir dos resultados alcançados, observa-se que, embora os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tenham adotado estilos distintos na condução da Política Externa Brasileira (PEB) para o Oriente Médio, há uma continuidade estrutural significativa, sobretudo no âmbito econômico-comercial. Apesar das distintas orientações políticas, ambos os governos compartilharam um núcleo pragmático nas relações com o Oriente Médio, ancorado na força do agronegócio e na balança comercial favorável. Esse pragmatismo econômico funcionou como um elemento estabilizador, garantindo a persistência dos vínculos diplomáticos e comerciais, independentemente das mudanças ideológicas no poder. Durante ambos os governos, manteve-se uma balança comercial favorável com os países da região, com destaque para a exportação de produtos do agronegócio, como carnes, cereais e açúcar, e para a intensificação de investimentos e de acordos bilaterais com países como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Catar e o Bahrein. Essa permanência pragmática revela a força de fatores estruturais e sistêmicos – como a pressão do agronegócio, a atuação da Câmara Árabe-Brasileira e a relevância da segurança alimentar - que condicionam a política externa brasileira para a região.

⁴ Entrevista concedida em junho de 2025 à estudante L. Moreira

Enquanto, no governo Temer, prevaleceu uma inflexão liberal e tecnocrática, marcada pela busca de previsibilidade e alinhamento com os mercados internacionais, no governo Bolsonaro essa racionalidade foi tensionada por um viés ideológico mais explícito. Discursos com forte apelo religioso e moral, a aproximação simbólica com Israel e o alinhamento com os Estados Unidos expressaram uma ruptura retórica com a tradição diplomática brasileira de autonomia e equilíbrio. A condução da política externa pelo então chanceler Ernesto Araújo incorporou temas como antiglobalismo, valores cristãos e nacionalismo, o que gerou isolamento diplomático e desgaste em fóruns multilaterais. Ainda assim, esse viés ideológico foi, em grande medida, contido por forças pragmáticas, como os interesses comerciais, o lobby do agronegócio e a pressão de atores econômicos e institucionais. A mudança de condução sob Carlos França evidenciou uma inflexão pragmática e técnica, com retomada do multilateralismo, da linguagem diplomática e da atuação cooperativa.

De fato, tanto em Temer quanto em Bolsonaro, o peso dos atores domésticos e econômicos foi determinante. No governo Bolsonaro, o lobby do agronegócio, o papel da Câmara de Comércio e a presença de atores militares moderaram as ações práticas do governo, evitando rupturas paradigmáticas por meio de uma diplomacia econômica ampliada. Assim, entende-se que a política externa brasileira é altamente permeável a pressões de grupos organizados, cuja atuação dentro do Congresso e na esfera pública pode influenciar decisões diplomáticas - muitas vezes em conflito com os interesses econômicos majoritários, como os do agronegócio. Esse fenômeno explicita como a formulação da PEB se dá em um campo de disputa entre diferentes coalizões domésticas: “Esse tipo de atuação é uma atuação muito sistemática, muito bem organizada e que tem [...] muita permeabilidade dentro da política brasileira.” (Calfat, 2025). Dessa maneira, entende-se que a diplomacia dentro do âmbito da política externa - que também pode ser compreendida como uma política pública (Milani e Pinheiro, 2013) - é resultado de coalizões de interesses e processos de negociação entre Estado, sociedade, cenário internacional e lobbies (Cervo; Bueno, 2002).

Contudo, a diplomacia econômica, por si só, não explica a PEB no Oriente Médio. Essa abordagem tende a reduzir a política externa a um interesse econômico racionalizado, ignorando dimensões simbólicas e identitárias e subestimando o papel das comunidades e redes transnacionais na produção de vínculos internacionais: “Não é só econômica, [...] tem o *soft power* da diplomacia cultural. [...] Isso é diplomacia.” (Calfat, 2025). Assim, embora o conceito de diplomacia econômica explique parte relevante das relações Brasil–Oriente Médio — como as pressões do agronegócio e os lobbies empresariais —, é necessário levar em consideração a

importância das comunidades diaspóricas — como a libanesa, a judaica e a palestina — e dos vínculos culturais e simbólicos que ultrapassam o cálculo utilitário da economia.

Um dado que ilustra essa dimensão é que 26% da liderança empresarial brasileira é de origem árabe (Hannun, 2025). Isso revela uma força significativa, já que, mesmo que muitos indivíduos de origem árabe não estejam diretamente ligados às suas raízes, essa população não é fechada em si mesma — pelo contrário, está profundamente integrada ao Brasil. Essa integração não anula, mas reforça os vínculos com a região de origem, contribuindo para a estabilidade e profundidade das relações internacionais.

Essa lógica amplia a noção tradicional de formulação de política externa, mostrando que ela não é monopólio do Itamaraty ou do Executivo. A atuação dessas forças revela a crescente hibridização entre a política externa e a política doméstica, um ponto-chave na abordagem da Análise de Política Externa. Desse modo, tanto em Temer quanto em Bolsonaro observa-se a crescente permeabilidade da política externa a atores não estatais — como o lobby do agronegócio, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e, no caso bolsonarista, a bancada evangélica —, refletindo disputas e pressões de diferentes segmentos sociais e econômicos. Ademais, evidencia-se que o simbolismo ideológico pode, em certos momentos, se sobrepor ao cálculo econômico, moldando a diplomacia em termos culturais e religiosos — como se vê no apoio discursivo à mudança da embaixada para Jerusalém no governo Bolsonaro (Calfat, 2025).

Em síntese, a política externa brasileira revelou-se um campo de disputa em que o pragmatismo econômico acabou prevalecendo sobre o simbolismo ideológico — a continuidade expressa, portanto, o prevalecimento dessas forças estruturais e profundas sobre as oscilações da retórica governamental.

6. Conclusão

Em suma, entende-se que a política externa brasileira para o Oriente Médio, nos governos de Temer e Bolsonaro, não pode ser dissociada das dinâmicas culturais, sociais e informacionais. A diplomacia econômica ampliada e os entraves à diplomacia cultural revelam uma política externa moldada por múltiplos atores, em que disputas simbólicas, interesses religiosos e percepções públicas desempenham papéis centrais, ao lado da lógica econômica tradicional (Calfat, 2025). Logo, a política externa não é apenas comércio ou estratégia: é também performance identitária, memória migrante e religião, e o Brasil é um espaço onde essas forças se articulam e disputam visibilidade e poder.

Nesse sentido, é possível observar um continuum na PEB, sobretudo no que se refere à dimensão comercial. Apesar das inflexões ideológicas no plano discursivo, não houve rupturas substantivas na prática de nenhum dos dois governos analisados. As relações com o Oriente Médio, iniciadas e aprofundadas durante os governos de Lula e Dilma, com foco na cooperação Sul-Sul e na inserção autônoma do Brasil no cenário internacional, foram mantidas e ampliadas nos governos subsequentes. Mesmo com o abandono da retórica da integração sul-sul, a estrutura comercial construída pelos governos petistas foi preservada. Isso revela que, embora a retórica tenha oscilado significativamente, a prática da política externa permaneceu condicionada por interesses econômicos consolidados e estratégias institucionais contínuas.

Portanto, fica evidente que a PEB para o Oriente Médio não é sustentada apenas pelo executivo, mas por um conjunto de bases econômicas, sociais e culturais que atuam de acordo com seus interesses e com as conjunturas nacionais e internacionais. A PEB é influenciada, guiada, pautada e sustentada por uma rede de atores econômicos, institucionais e sociais, que disputam todos os processos que circunscrevem direta ou indiretamente a inserção internacional do Brasil e, neste caso especificamente, a relação árabe-brasileira. Nesse cenário, a cultura é tratada como ferramenta estratégica para construção de alianças, especialmente no eixo Sul-Sul. Como destaca Calfat, promover a cultura não é apenas uma ação simbólica, mas também um vetor de transformação e de aproximação política, especialmente entre países periféricos (Calfat, 2025).

Assim, evidencia-se que a atuação de diferentes forças impacta na crescente hibridização entre a política externa e a política doméstica. Além disso, evidencia-se que o simbolismo ideológico pode, em certos momentos, sobrepor-se ao pragmatismo, mas, na prática, a política externa brasileira resulta de uma arena de contestação entre múltiplos atores, ou seja, de um campo de disputa, e não de um reflexo unívoco do governo de turno.

REFERÊNCIAS

ACFI Brasil-Emirados Árabes. Disponível em: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/acfi-brasil-emirados-arabes>>.

ALDEN, C.; MORPHET, S.; MARCO ANTONIO VIEIRA. **The South in world politics.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44219169_The_South_in_World_Politics. Acesso em 19 mar. 2024.

AMANDA et al. **As relações comerciais entre Brasil e Oriente Médio: uma análise política e quantitativa.** O Eco da Graduação, v. 4, n. 2, p. 53–53, 2019.

A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 13 out. 2025.

BAPTISTA, J. V. D. M.; BERTOLUCCI, A. C.; DIOGO, A. V. K. **POLÍTICA DE ESTADO OU DE GOVERNO? A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO.** Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, v. 45, n. 250, p. 502, 23 fev. 2021.

BERRINGER, T; FORLINI, L. **Crise política e mudança na política externa no Governo Temer: Contradições no seio da burguesia interna brasileira.** Rev. Conj. Aust. Porto Alegre. v.9, n.48. out./dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713/51320>>. Acesso em: 15, out, 2019.

BOLETIM OPSA: LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. **O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa.** Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BORGES, ANDRÉ. **Com Bolsonaro, países árabes bateram recorde de exportação ao Brasil.** PIAUÍ. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/com-bolsonaro-paises-arabes-bateram-recorde-de-exportacao-ao-brasil/>>.

Brandão, Leonardo Silva. **A terra prometida: Israel e os pentecostais no Itamaraty de Bolsonaro.** 2023. Dissertação (Mestrado em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

BRASIL, A. **Saiba quais acordos Bolsonaro fechou após missão pela Ásia e Oriente Médio.** Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/saiba-quais-acordos-bolsonaro-fechou-apos-missao-pela-asia-e-oriente-medio/>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL, A. **Brasil assina oito acordos bilaterais com Emirados Árabes.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/brasil-assina-oito-acordos-bilaterais-com-emirados-arabes>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CALFAT, NATÁLIA. Natália Calfat: depoimento [jun. 2025]. Entrevistadora: L. Moreira. São Paulo: PUC-SP, 2025. Google Meet. Entrevista concedida à Iniciação Científica 2025.2 da PUC-SP.

CAMPOS, Bruno Taddeo de Lima. Legislativo e executivo em política externa brasileira: uma análise dos pronunciamentos sobre Israel nos governos Dilma e Temer. 2022, 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

Comex Stat. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/113596>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Concórdia. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12628?tipoPesquisa=2&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

Concórdia. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12360?tipoPesquisa=2&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 01 fev. 2025.

DE ARAÚJO GOMES, Maiko Jhonata. Construção de Cenários do Governo Bolsonaro Acerca das Relações Entre Brasil e Oriente Médio | Bolsonaro Government's Construction of Scenarios About Relations Between Brazil and The Middle East. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e54112, 2021. DOI: 10.12957/neiba.2021.54112. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/54112>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Conferência de Imprensa com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump-Washington/EUA. 2019. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-conferencia-de-imprensa-com-o-presidente-dos-estados-unidos-donald-trump-washington-eua>>. Acesso em 02 fev. 2025.

Discurso do Embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-posse-como-ministro-das-relacoes-exteriores-em-brasilia-02-01-2019>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 06/04/2021. . Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-de-posse-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca-2013-brasilia-06-04-2021>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura oficial do Fórum de Investimentos Brasil 2017 - São Paulo/SP. 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante->

abertura-oficial-do-forum-de-investimentos-brasil-2017-sao-paulo-sp>. Acesso em 10 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a 4ª edição do Brazil Investment Forum - São Paulo/SP 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-a-4a-edicao-do-brazil-investment-forum-sao-paulo-sp>>. Acesso em 09 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante evento “Brazil Opportunities Conference 2016” - São Paulo/SP. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-evento-2016brazil-opportunities-conference-2016201d-sao-paulo-sp>>. Acesso em:10 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante jantar de homenagem oferecido pelas Entidades Líbano-Brasileiras - São Paulo/SP. 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-jantar-de-homenagem-oferecido-pelas-entidades-libano-brasileiras-sao-paulo-sp>>. Acesso em 09 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Palestra aos Participantes do Fórum Econômico Brasil-Países Árabes. 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-palestra-aos-participantes-do-forum-economico-brasil-paises-arabes-sao-paulo-sp>>. Acesso em 20 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão de Encerramento do Fórum "Riscos para Negócios Internacionais". 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-sessao-de-encerramento-do-forum-riscos-para-negocios-internacionais>>. Acesso em 20 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2018 - Davos/Suíça. 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-2018-davos-suica>>. Acesso em 10 nov. 2024.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cerimônia oficial de chegada a Israel- Jerusalém/Israel. Disponível em:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cerimonia-oficial-de-chegada-a-israel-jerusalem-israel>>. Acesso em 03 fev. 2025

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Sessão de Abertura da Conferência Internacional Brasil-Estados Unidos: um novo prisma nas relações de

parceria e investimentos - Miami,FL/EUA. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-sessao-de-abertura-da-conferencia-internacional-brasil-estados-unidos-um-novo-prisma-nas-relacoes-de-parceria-e-investimentos-miami-fl-eua>>. Acesso em: 03 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Sessão de Abertura do Seminário Empresarial sobre o Brasil no Conselho das Câmaras Sauditas - Riade/Arábia Saudita. 2019. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-sessao-de-abertura-do-seminario-empresarial-sobre-o-brasil-no-conselho-das-camaras-sauditas-riade-arabia-saudita>>. Acesso em 04 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Sessão sobre o Brasil do FII - Riade/Arábia Saudita. 2019. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-sessao-sobre-o-brasil-do-fii-riade-arabia-saudita>>. Acesso em 03 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). 2020. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, na assinatura de acordos entre Brasil e Israel - Jerusalém/Israel. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-assinatura-de-acordos-entre-brasil-e-israel-jerusalem-israel>>. Acesso em 03 fev. 2025

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Conferência US Brazil Connect Summit 2020. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-conferencia-us-brazil-connect-summit-2020>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na sessão especial do Centro Global Rei Hamad para a Coexistência Pacífica - Manama/Bahrein. 2021. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-sessao-especial-do-centro-global-rei-hamad-para-a-coexistencia-pacifica-manama-bahrein>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro dos Presidentes Jair Bolsonaro e Joe Biden. 2022. Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encontro-dos-presidentes-jair-bolsonaro-e-joe-biden>>.

presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encontro-dos-presidentes-jair-bolsonaro-e-joe-biden>. Acesso em 02 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com Empresários da Indústria Brasileira - Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-encontro-com-empresarios-da-industria-brasileira-brasilia-df>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Fórum Econômico Brasil-Países Árabes. 2022. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-forum-economico-brasil-paises-arabes>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ESTADO, AGÊNCIA. **Temer: 'Estreitamento dos laços entre Brasil e mundo árabe me é caro'.** Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/04/02/interna_politica,670449/temer-estreitamento-dos-lacos-entre-brasil-e-mundo-arabe-me-e-caros.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

Formação da diplomacia econômica no Brasil história diplomática Volume I. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/1212-Formacao-da-diplomacia-economica-no-brasil-VOL1.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GILBERTO; AZZI, D.; MARRA, A. T. **A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA (BOLSONARO'S FOREIGN POLICY DURING THE PANDEMIC).** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350744237_A_POLITICA_EXTERNA_DE_BOLSONARO_NA_PANDEMIA_BOLSONARO>.

GONÇALVES DE OLIVEIRA, A. C. Nexos e reversos da política externa brasileira e de defesa para o Atlântico Sul: reflexões sobre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 14, n. 66, p. 103–120, 2023. DOI: 10.22456/2178-8839.130546. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/130546>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GONÇALVES, W.; TEIXEIRA, T. **Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações EUA-Brasil.** Sul Global, v. 1, n. 1, p. 192–211, 26 maio 2020.

HANNUN, RUBENS. Rubens Hannun: depoimento [mai. 2025]. Entrevistadora: L. Moreira. São Paulo: PUC-SP, 2025. Whatsapp. Entrevista concedida à Iniciação Científica 2025.2 da PUC-SP.

HENRIQUE; LESSA, A. C. **Relações internacionais do Brasil.** 2010.

HERRMANN, Leonardo Brito. **A relação entre Brasil e Israel no governo Bolsonaro: Impactos do discurso religioso evangélico na condução da política externa brasileira.**

2023. 162 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.279>.

KARAM, J. T. **O lobby árabe, a bancada BBB e o governo Bolsonaro na ‘máquina anti-política’**. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2023. DOI: 10.25160/bjbs.v12i1.136314. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/136314>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L.; DE LIMA, M. R. S. Brazil’s foreign policy and the “graduation dilemma”. *International Affairs*, v. 93, n. 3, p. 585–605, maio 2017.

NEIVA, L. **Governo Bolsonaro intensificou agenda com países de regimes ditatoriais**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/governo-bolsonaro-intensificou-agenda-com-paises-de-regimes-ditatoriais/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

OLIVEIRA MOREIRA, Danilo Sorato. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019) | The Similarity Between The Governments Temer and Bolsonaro In Foreign Policy (2016-2019). *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e47941, 2020. DOI: 10.12957/neiba.2020.47941. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/47941>. Acesso em: 22 mar. 2024.

OLIVEIRA MOREIRA, Danilo Sorato. Continuidades e Descontinuidades nos Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa Brasileira (2016-2020) | Continuities and Discontinuities in the Governments Temer and Bolsonaro in Brazilian Foreign Policy (2016-2020). *Mural Internacional*, [S. l.], v. 11, p. e51549, 2020. DOI: 10.12957/rmi.2020.51549. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/51549>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ONUJI, J. J.-A. Guilhon-Albuquerque, ed., *Sessenta anos de Política externa brasileira, 1930-1990*. I. Crescimento, modernização e política externa, II. Diplomacia para o desenvolvimento, 1996. *Lusotopie*, v. 6, n. 1, p. 502–503, 8 jan. 2018.

Palavras do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura do café da manhã com CEOs de empresas israelenses e israelo-brasileiras -Tel Aviv/Israel. 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/palavras-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-cafe-da-manha-com-ceos-de-empresas-israelenses-e-israelo-brasileiras-tel-aviv-israel>. Acesso em 03 fev. 2025.

PAZ, M. DA. **Câmara aprova acordos entre Brasil e Israel nas áreas de segurança, previdência e aviação civil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/camara-aprova-acordos-entre-brasil-e-israel-nas-areas-de-seguranca-previdencia-e-aviacao-civil/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PUTNAM, R. D. Diplomacy and Domestic Politics: the Logic of Two-Level Games. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427–460, 1988.

Presidente da República, Jair Bolsonaro, inaugura embaixada do Brasil no Reino do Bahrein. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o>

planalto/noticias/2021/11/presidente-da-republica-jair-bolsonaro-inaugura-embaixada-do-brasil-no-reino-do-bahrein>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Presidente Jair Bolsonaro apresenta oportunidades do Brasil ao Bahrein. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/presidente-jair-bolsonaro-apresenta-oportunidades-do-brasil-ao-bahrein>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Presidente Jair Bolsonaro firma acordos com o Catar nas áreas de economia, defesa e energia. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/11/presidente-jair-bolsonaro-firma-acordos-com-o-catar-nas-areas-de-economia-defesa-e-energia>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA (20min19s). 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ROCHA, A. Temer: relação com árabes é madura e transcende governos. Disponível em: <<https://anba.com.br/temer-relacao-com-arabes-e-madura-e-transcende-governos/>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RUBENS HANNUN. Brasil e Mundo Árabe: negócios, marketing e Diplomacia Econômica Ampliada. 2025.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L.. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013.

SANTOS, Deijenane Gomes dos. O Oriente Médio na política externa do Governo Lula (2003-2010). 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais (R:I)*, v. 64, n. 64, p. 117–137, 1 dez. 2019.

SILVA, Antonio Ruy Almeida; BRAGA, Carlos Chagas Vianna; MARCONDES, Danilo. The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, 2017.

SILVA. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Sino-Ibero American interaction**, v. 2, n. 1, p. 1–26, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html?lang=en>. Acesso em 21 mar. 2024.

SILVA, Eduarda Clavel. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): recuo da autonomia do Brasil no sistema mundial. 105 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.

SIMIONI, F.; KYRILLOS, G. **Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021): Disputas Discursivas e Rupturas Institucionais nas Políticas De Gênero***. Dados, v. 67, p. e20220040, 22 dez. 2023.

TADDEO, B. **Legislativo e executivo em Política externa brasileira: uma análise dos pronunciamentos sobre Israel nos governos Dilma e Temer**. Repositorio.ufu.br, 2016.

TEIXEIRA, I.; CALANDRIN, K. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO BRASIL-ISRAEL NA ATUALIDADE: A IDEOLOGIA EM PERSPECTIVA**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://alacip.org/cong19/66-calandrin-19.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

TIWARI, VISHAL. **História da Política Exterior do Brasil by Amado Luiz Cervo; Clodoaldo Bueno**. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/775585816/Historia-da-Politica-Exterior-do-Brasil-by-Amado-Luiz-Cervo-Clodoaldo-Bueno>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

VIDIGAL, C. E. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 20, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 20 de mar. 2024.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da